



## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 11/13-17** **SESSÃO ORDINÁRIA** **2015/04/20**

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.
- Manuel Pereira Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Clemente Gonçalves Pires.
- José Miguel Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído por José Manuel Esteves Barbosa.
- Antonio Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Henrique Graciano Varela Gonçalves.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

A **Senhora Segunda Secretária Sónia Lajoso** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

### 1º - Período de Intervenção do Público.

### 2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### 3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 20 de fevereiro 2015;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2014;
- d) – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- e) – Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais- 2.ª fase- Freguesia de Âncora- Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento;
- f) – Feira Semanal de Caminha- Incentivos à Dinamização;
- g) – Alteração ao Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** deu posse ao Senhor Deputado Luciano Santos eleito pelo Partido Social Democrata, em substituição do Senhora Deputada Vanda Maria da Cunha Pêgo.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que o Senhor Provedor Ihe tinha feito chegar a informação do relatório da sua atividade referente ao ano anterior que passou a ler:

“Exmo. Senhor,

Presidente da Assembleia Municipal de Caminha,





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Apresento os meus cumprimentos a V.Exa., Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

Com moderado atraso em relação ao estabelecido no art.º 11 do Estatuto do Provedor do Município de Caminha, e no limite do prazo do requerido pelo Deputado Rui Taxa Araújo do grupo do PSD, venho hoje dar cumprimento ao solicitado e devido.

Em jeito de desculpa, devo salientar, que tendo iniciado a minha atividade em outubro passado não me pareceu que o número de processos existentes em janeiro de 2015 justificasse uma preocupação na apresentação do relatório nessa ocasião.

Faço-o ao fim de 6 meses, o qual permite um juízo mais abrangente.

No total, o gabinete do Provedor do Município, recebeu desde 2 de outubro até ao fim de março passado um total de 48 processos/reclamações/solicitações.

Desse número, 26 consistem em apresentação de empresas, pedidos de estágio/emprego oferta de serviços, espectáculos, vendas, divulgação de filme, pedidos de pins, galhardetes, informação turística, divulgação de projeto cultural, que sendo embora importantes não cabem no âmbito da atuação do Provedor do Município, cerca de 4 reclamações dizem respeito a pagamento de faturas.

As restantes são relativas a:

Agrupamento de Escolas, água e saneamento, segurança dos cidadãos, rede viária, mau estado de acesso a moradias (passeio, rampa), passadeira de peões, contentor de lixo...

Do total recebido, encontram-se por responder e já fora dos 60 dias referidos no art.º16, apenas 3 processos com promessa de tratamento prioritário por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Da experiência vivenciada até ao presente, parece lógico concluir da necessidade de um maior investimento pedagógico, no sentido de desviar do Provedor os assuntos que não são do seu âmbito e paralelamente efetuar uma maior triagem na seleção/exclusão, de alguns que aí possam vir parar indevidamente.



Handwritten signature and initials in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Parece ainda necessária a existência de um maior número de reuniões, ainda que breves, com o Senhor Presidente da Câmara, para dar maior celeridade a alguns processos.

Em relação aos processos recebidos, informo que os mesmos se encontram números por ordem de chegada, arquivados e fechados em local próprio no edifício novo, encontrando-se a chave na posse da funcionária que o executivo autárquico escolheu para colaborar com o Provedor.

No edifício da Câmara Municipal existe um gabinete que me é facultado sempre que dele necessito para atendimento presencial mediante marcação.

Por fim quero transmitir o meu grande apreço à colaboração sempre pronta e empenhada da funcionaria Anabela Monteiro, na organização e informatização dos processos e sem a qual, a minha tarefa seria muito mais complicada.

Fico à disposição de V.Exas., para eventuais esclarecimentos que entendam solicitar.”

### 1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

### 2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### a) Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa** deu conhecimento de uma Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária à mesa, a qual vai ser lida e fica a fazer parte integrante desta ata.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência e de seguida leu a Moção:





## Assembleia Municipal de Caminha

- Ofício do Governo de Portugal a dar conhecimento do Proc. N.º AOT/4/15-Avaliação do Cumprimento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Caminha - Espinho, no troço compreendido nos municípios de Caminha, Viana do Castelo, Esposende e Póvoa do Varzim - Início da Ação de Inspeção.
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes a dar conhecimento das perguntas e respostas dirigidas ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sobre os contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da resposta dada pelo Sr. Ministro da Economia à pergunta anteriormente enviada, colocada pela Sra. Deputada Carla Cruz e pelo Sr. Deputado Bruno Dias sobre a qualidade do ar nas automotoras 592 ('espanholas') alugadas pela CP.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da receção da Moção sobre a Delegação de Competências e informar que, sobre esta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um pedido de Apreciação Parlamentar.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento das perguntas colocadas pela Sra. Deputada Carla Cruz ao Sr. Ministro da Educação e Ciência e ao Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional sobre a não inclusão das escolas do Distrito de Viana do Castelo no programa de intervenção e requalificação.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento do Projeto de Lei entregue no Parlamento, que “Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos”.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da pergunta colocada pela Sra. Deputada Carla Cruz à Sra. Ministra da Agricultura e do Mar sobre as preocupações dos produtores de vinho dos Distritos de Viana do Castelo e Braga.





## Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da pergunta colocada pela Sra. Deputada Carla Cruz ao Sr. Ministro da Justiça sobre a Situação da Unidade Local de Saúde do Alto Minho e sobre a Abertura da Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço, no distrito de Viana do Castelo.
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes a dar conhecimento da receção da Moção sobre a Delegação de Competências e informar da intervenção do Sr. deputado José Luís Ferreira, proferida na Assembleia da República a 13 de fevereiro, no debate temático sobre descentralização.
- E-mail do Grupo Parlamentar CDS-PP a dar conhecimento da receção da Moção sobre a Delegação de Competências.
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a dar conhecimento da receção da Moção sobre a Delegação de Competências.
- Ofício da Assembleia Municipal de Viseu a dar conhecimento de uma Moção aprovada por unanimidade em 27 de fevereiro sobre a aprovação de legislação que responsabilize civil e criminalmente os decisores públicos que assumam compromissos ruinosos para o interesse público, em proveito próprio e de terceiros.
- Ofício Circular do Tribunal de Contas a dar conhecimento do Despacho Judicial n.º 3/2015-EC - 9.ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.
- Ofício do Governo de Portugal a dar conhecimento da receção da moção “Delegação de Competências”, onde o Senhor Primeiro Ministro informa que este assunto foi transmitido ao Gabinete do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, leu a moção: “41º Aniversário da Revolução de Abril /1º de Maio Dia do Trabalhador”.

“A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.



## Assembleia Municipal de Caminha

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção





## Assembleia Municipal de Caminha

na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Também as comemorações do 1.º de MAIO, constituirão um momento de luta que não deixará de ter em conta aqueles que veem nos trabalhadores peças descartáveis de uma engrenagem que apenas visa garantir lucros, aqueles que facilitam despedimentos para garantir o crescimento do emprego, que desregulam os horários de trabalho, que limitam e condicionam a intervenção, os direitos e a liberdade sindical, aqueles que sobrevalorizam as atividades especulativas e financeiras em detrimento das atividades produtivas, aqueles que a cada privatização, a cada encerramento de um serviço público, a cada alteração à legislação laboral, desprotegendo os trabalhadores, comprometendo sempre o desenvolvimento, conduziram o País à falência.

Nestes termos, o grupo de eleitos da CDU — Coligação Democrática Unitária, propõe que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 20 de abril de 2015, delibere:

1. Apelar à população, aos trabalhadores e à juventude, para que transformem as comemorações populares do 25 de ABRIL e do 1.º de MAIO em grandes ações de exigência pela rutura que o país precisa e pela afirmação de um Portugal justo, solidário, desenvolvido, livre, soberano e democrático, ao serviço do seu povo.



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

2. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.

3. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

A presente moção deverá ser enviada para:

- Grupos parlamentares representados na Assembleia da República;
- Representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local;
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP);
- Câmara Municipal de Caminha;
- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha.

Os proponentes, Joaquim Celestino Ribeiro e Carlos da Cunha Alves”

**O Senhor Presidente da Mesa** propôs inscrições para intervenções referentes à moção apresentada.

**O Senhor Deputado Rui Taxa** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e disse que quanto à moção apresentada pela CDU, o grupo do PSD está plenamente de acordo com as conclusões referidas nos últimos três parágrafos, no obstante, não está tanto de acordo com os considerandos apresentados até chegarem às conclusões, o que lamenta que o deputado Celestino não tivesse feito chegar com mais antecedência esta moção ao grupo do PSD para que em conjunto se pudesse ter um dialogo e se chegasse a um texto conjunto a fim de contemplar as duas partes, assim sendo, o nosso grupo parlamentar vai ter liberdade de voto, votará da conforme que entender.





Ad  
S.

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse que o Partido Socialista concorda com os considerandos apresentados na Moção apresentada e votará favoravelmente.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente moção foi aprovada com 24 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** disse que antes de dar início à sua intervenção nesta Assembleia Municipal saúda todos os presentes.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhor primeiro secretário da mesa Senhor Presidente da Câmara Senhoras e Senhores Vereadores Ilustres colegas Membros da Assembleia Municipal Comunicação Social Público presente e todos que nos acompanham via internet, e dá início à sua intervenção:

“Durante anos e anos a Freguesia de Âncora foi quase que esquecida, sendo uma das portas de entrada de boas-vindas ao nosso Concelho.

Devido à sua localização privilegiada é uma freguesia muito visitada na época balnear e não só.



## Assembleia Municipal de Caminha

É com agrado e satisfação que venho aqui neste órgão falar de mudanças estéticas, estruturantes e ambientais na minha freguesia neste ano de 2015:  
Freguesia de Âncora

### 1- Mata Nacional da Gelfa

Durante muito tempo, a Mata Nacional da Gelfa, situada na Freguesia de Âncora, esteve sujeita ao abandono, sem qualquer tipo de intervenção.

A Mata Nacional da Gelfa foi alvo de uma intervenção de grande envergadura pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) que ficou concluída no dia 21 de Março de 2015.

Esta obra estruturante foi a maior dos últimos anos.

Este verão temos mais um cartão-de-visita no nosso Concelho.

Na Freguesia de Âncora, a Mata da Gelfa já se encontra acessível e transitável para quem a quiser visitar e disfrutar da sua localização à beira mar.

### 2- Parque De Estacionamento de apoio ao campo de futebol do Âncora Praia e à praia dos Caldeirões.

Já iniciou a empreitada de construção de um parque de estacionamento, com capacidade para 164 lugares, na freguesia de Âncora, destinado a dar apoio ao campo de futebol do Âncora Praia e à praia dos Caldeirões.

Esta estrutura que deverá estar concluída em Julho representa um investimento de 170 mil euros financiado ainda pelo atual Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O parque de estacionamento fica situado junto à duna dos Caldeirões que ruiu no inverno passado e vai permitir dar maior ordenamento de trânsito àquela zona que passará a ter maior capacidade de receber pessoas sem afetar a duna e o estuário do rio Âncora.

Com a construção deste parque de estacionamento ordenado, na freguesia de Âncora, a sul de Vila Praia de Âncora temos uma nova realidade de condições de acessibilidade às nossas praias do Vale do Âncora o que será uma mais-valia para o Turismo e para o Comércio.

### 3- 2.ª Fase da Intervenção na Duna dos Caldeirões, já começou:





## Assembleia Municipal de Caminha

No dia 27 de Março iniciou a 2.<sup>a</sup> Fase da Intervenção na Duna dos Caldeirões, em Âncora e Vila Praia de Âncora, que contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração da Polis Litoral Norte, Dr. Pimenta Machado.

Esta empreitada executada pela Polis Litoral Norte visa o Reforço e Proteção dos Sistemas Dunares e Renaturalização de Áreas Naturais Degradadas (2.<sup>a</sup> fase) Foz do Rio Âncora.

Esta segunda fase contempla medidas corretivas de erosão superficial e ações de reordenamento de áreas construídas em zonas de risco e consequente reposição das condições de ambiente natural, nomeadamente a consolidação e fixação de margens do rio Âncora, com recurso a técnicas de bioengenharia;

- a construção de um esporão deflector na margem esquerda do rio Âncora, em enrocamento e estacas com vegetação plantada;
- a reabertura do leito secundário do Rio Âncora;
- a movimentação de areias na praia para reforço do cordão dunar;
- e a colocação de uma cortina de paliçadas na área do anterior rompimento da Duna, por forma a favorecer a retenção de areias nessa zona.

Trata-se de um investimento global no valor de 392 mil euros, financiado pela União Europeia através do Programa Operacional Temático de Valorização do Território em 85% e pelo Estado Português em 15%.

Citando as palavras do nosso vice- presidente da Câmara de Caminha, Eng. Guilherme Lagido:

"A preocupação do Município é a consolidação da duna, para que esta marginal mantenha o aspeto impecável que tem".

"É uma intervenção que permite por métodos naturais recuperar a Duna dos Caldeirões".

Em representação da bancada do partido socialista venho neste órgão Assembleia Municipal expressar o nosso reconhecimento e gratidão ao vice- presidente da Câmara de Caminha, Eng. Guilherme Lagido pelo empenho, dedicação e conhecimentos ambientais que demonstrou na condução célere deste dossier "Duna dos Caldeirões".



## Assembleia Municipal de Caminha

Uma nota importante:

- Município de Caminha Premiado pela Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos:

O Município de Caminha acaba de ser distinguido com o Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, um importante prémio na área da gestão ambiental, atribuído pela ERSAR — Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

A cerimónia decorrerá no próximo dia 23 de abril, em Lisboa, no âmbito da 9.<sup>a</sup> edição do Fórum Nacional de Resíduos, onde convido todos a estar presentes.

Esta distinção tem em conta a qualidade do serviço prestado e o cumprimento de critérios ambientais.

Esta é a primeira vez que Caminha é galardoada nesta área, sendo também a única autarquia do distrito a integrar as 14 entidades seleccionadas pelo serviço de qualidade que prestam”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** agradece através do Senhor Presidente ao Senhor Provedor do Município o relatório enviado, e ainda enviar um abraço ao Dr.º Afonso Domingues, Provedor do Concelho de Caminha, grande amigo. E de seguida disse o seguinte:

“Não sei se os Caminhenses já repararam, mas desde que o nosso Presidente Miguel Alves ganhou a Câmara de Caminha, aplicou no nosso Concelho, a chamada narrativa Socialista.

Narrativa Socialista, que no passado já foi utilizada por José Sócrates, enquanto foi 1.º Ministro, com os resultados que se conhecem.

A narrativa Socialista, não é mais do que divulgar aos 4 ventos, utilizando todos os meios disponíveis, nomeadamente jornais e televisões, determinada fingida verdade.

Fingida verdade, que os Socialistas desejam que toda a gente saiba e acredite.





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Mas essa verdade, é fingida porque não é verdade, a maior parte das vezes, não passa de uma mentira, que a todo o custo o Executivo Socialista de Miguel Alves quer fazer passar por verdade.

É esta a narrativa Socialista, que Miguel Alves tem aplicado no nosso Concelho desde o 1.º dia em que foi eleito.

Um exemplo: Iriamos ter a repetição do Festival de Vilar de Mauros de 1982.

Mentira: Afinal tivemos o ano zero do festival!

Outro exemplo: - Presidente Miguel Alves disse que o "Caminha Doce" deste ano, foi o melhor de sempre.

Mentira. A melhor "Caminha Doce" de sempre foi a 3.ª edição. Toda a gente sabe disso, mas a narrativa Socialista quer a todo o custo que a melhor seja a deste ano.

Outro exemplo: - Presidente Miguel Alves disse que o maior desfile de Carnaval do Distrito de Viana do Castelo, foi o de Caminha.

Mentira. O melhor desfile de Carnaval do Distrito realiza-se nos Arcos de Valdevez. O nosso Carnaval está a ser adulterado, a perder o seu ADN próprio com a introdução das "Comparsas" galegas. Segundo a narrativa Socialista, com a alegria e satisfação de todos.

Já aqui afirmei, que o nosso Presidente Miguel Alves, quando ganhou a Câmara de Caminha tratou de mandar efetuar uma Auditoria à anterior gestão autárquica do PSD, com duas finalidades.

A primeira, para dizer que a Câmara estava endividada, se possível falida.

A segunda, para fazer constar (cá está a narrativa socialista a funcionar), para dizer que sem dinheiro, não podia cumprir o seu caderno eleitoral.

Assim escondia que contratou a auditoria sem fundos disponíveis para comprar um prego.

E assim escondia de todos a sua falta de maturidade para gerir uma Câmara Municipal como a nossa.

Só que, ironia dos destinos, a Auditoria até foi favorável à anterior gestão autárquica do PSD.



## Assembleia Municipal de Caminha

E a grande dívida que o Presidente Miguel Alves queria mostrar a todos, como uma dívida enorme, não era tão grande como ele desejava.

Então o que fazer? Muito simples.

O Presidente Miguel Alves "martelou" as contas de 2013.

Pegou na dívida a longo prazo das Piscinas de V. P. De Âncora (que têm de ser pagas a 23 anos), e colocou-as a curto prazo.

E depois andou a dar entrevistas a tudo quanto era jornal a dizer que tinha uma dívida de 9 milhões de Euros.

Cá está a narrativa Socialista a funcionar. A tentar passar uma mentira por verdade.

O seu Padrinho e protetor político, António Costa, ao ler esta notícia no jornal deve ter exclamado:

- Coitado! O Miguel Alves está perdido em Caminha!

E o engraçado foi ver, que esta dívida "martelada" pelo Presidente Miguel Alves, cujos dados são fornecidos pelo Município foi publicada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2013, o que permitiu ao Sr. Deputado Manuel Falcão fazer um teatro na Assembleia Municipal de 26-09-2014, dizendo que a anterior gestão autárquica do PSD era responsável pelo crescimento da dívida no Concelho de Caminha.

Verdade? Mentira! Como diria o Sr. Presidente também veementemente e em jeito de teatro: É Mentira! É mentira! É muita mentira!

Foi tudo martelado e combinado nos bastidores para fazer passar por verdade mais uma mentira. Mas se dúvidas houvesse é só analisar as contas deste ano:

E este ano, como as contas já são da sua gestão (2014) o que faz o nosso hábil especialista em marketing e publicidade com estas contas?

O Presidente Miguel Alves, divulgou por tudo quanto era meio de comunicação social, que tinha poupado 3,4 milhões de Euros.

Só que para poder afirmar isto, o nosso Presidente, volta a "martelar" as contas.

Como? Perguntam os Senhores?

Muito facilmente.





AD  
L.

## Assembleia Municipal de Caminha

Voltou a pegar na dívida das Piscinas de V. P. de Âncora, e passou-as de curto, para longo prazo.

A dívida deixou de existir. Viva a gestão Socialista de Miguel Alves.

Milagre! De um ano para o outro a mesma dívida paga em 23 anos deixa de ser de curto prazo e passa a ser de longo prazo e com esta simples manobra, que não deixa de ter a sua triste graça, consegue diminuir o prejuízo que se já é de um milhão e setecentos mil euros imaginem de quanto seria?!

Vejam como é fácil colocar a narrativa Socialista a funcionar.

E nós Caminhenses, a sermos comidos "por lorpas".

Claro que em Lisboa, quando o Padrinho político António Costa lê que o seu afilhado Miguel Alves poupou num ano 3,4 milhões, deve ter pensado:

-O meu afilhado é mesmo bom. Tenho que o convidar para Ministro das Finanças, ou da Economia.

Como acreditamos na seriedade e honestidade política do Sr. Deputado Manuel Falcão, depois desta explicação, tenho a certeza de que na próxima Assembleia Municipal de Setembro, já não vai deixar-se "utilizar" para vir defender e vangloriar a recuperação económica da Câmara de Caminha.

Porque sabe que é mentira. Porque sabe que tudo foi "martelado" ao pormenor.

Sr. Presidente Miguel Alves.

Já todos sabemos que o Senhor está contrariado na Câmara de Caminha. Dá muito trabalho.....

Todos sabemos que o Senhor faz os impossíveis para não ser esquecido em Lisboa, muito particularmente pelo seu Padrinho Político António Costa.

Todos sabemos que o Senhor deseja ser Presidente da Federação Socialista de Viana do Castelo, não para lutar pelo Distrito e pelo Concelho de Caminha, mas sim para mais facilmente garantir o seu futuro político e para desta forma ter garantida a viagem e estadia para Lisboa.

O Senhor não quer saber de Caminha para nada.

O Senhor está só a ocupar e a utilizar o seu lugar de Presidente da Câmara, como trampolim para ir para a sua carreira política e pessoal.



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

É esse o seu objetivo e a sua prioridade! A sua carreira política!

Sr. Presidente.

O Senhor, não só perdeu a confiança daqueles que votaram em si, como perdeu, com o Orçamento que hoje aqui apresenta para discussão e votação, a pouca credibilidade que ainda lhe restava.

O Senhor deve um pedido de desculpas.

Pelos "martelanismos" que já deu em duas apresentações de contas, pelas mentiras que quer impor, o Senhor deve um pedido de desculpas aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais mas muito principalmente, a todos os Caminhenses.

Senhor Presidente

Já lhe retirei a minha confiança política.

Já lhe disse que se arrisca a ser considerado o pior Presidente de Câmara que Caminha já teve, pelo oportunismo da escola Socrática que a sua postura infelizmente evidencia!

Não respeitando os Caminhenses não tenho dúvida de que vai perder as próximas eleições autárquicas!

Sabe Sr. Presidente.

Não é só preciso ganhar uma Câmara. Depois é preciso saber gerir.

É como cantar o Requiem de Mozart.

Não é preciso querer. É preciso ter voz!"

O Senhor Deputado Rui Taxa por fim disse ao Senhor Presidente que o arranque económico de 2014 foi uma desgraça no Concelho de Caminha, quer em Vila Praia de Âncora, quer na Vila De Caminha. O falhanço que foi a edição das Viagens a Terra Nova, o Entre-Margens, o passar a Festa da Sardinha de 10 dias para 4 dias, o passar da Feira Medieval de 10 dias para 4 dias, o Vilar de Mouros, e mesmo no arranque deste ano com a Festa do Robalo, e disse que o comércio do Concelho de Caminha não pode aguentar mais nenhum tipo de falhanço destes, pelo que deverá ter muito cuidado da forma como prepara estas edições para o ano de 2015.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que no momento o Senhor Presidente está a fazer o desassoreamento no cais do Ferry, e pergunta, se vai dar o mesmo tratamento ao Portinho de Vila Praia de Âncora? Porque como V.Exa., sabe o Portinho de Vila Praia de Âncora assoreado é um perigo para todos aqueles pescadores que todos os dias fazem daquele porto de pesca o seu modo de ganha pão, e por conseguinte é fundamental o desassoreamento do Portinho. E perguntou ainda, se o Senhor Presidente faz intenção de desassorear o Portinho de Vila Praia de Âncora as expensas próprias da Câmara como o está a fazer com o desassoreamento do cais do Ferry.

Disse ainda o Senhor Deputado relativamente ao Ferry que o Senhor Presidente teve a preocupação de pôr a circular que foi o anterior executivo PSD o grande causador do Ferry estar parado, levando os funcionários que trabalham no Ferry a reunião de Câmara para que confirmassem se alguém lhes teria dito que o Ferry iria fechar. Lembrou ainda que em abril de 2014 o Senhor Presidente disse juntamente com o Senhor Jose Manuel Freitas, Presidente de La Guardia, numa conferencia de imprensa, quer a Câmara de Caminha, quer a Câmara de La Guardia que não tinham possibilidades para manter o Ferry a funcionar, porque não tinham condições financeiras para manter o canal e o cais do Ferry desassoreados. Nesse momento disse então o Senhor Presidente que ia oficialiar o Governo de Lisboa, assim como a Comunidade Intermunicipal e o seu homologo o Governo de Madrid para que este caso não ficasse no esquecimento. Perguntou o Senhor Deputado se na realidade oficiou estas entidades e se o fez mostre os officios.

O Senhor Deputado disse ao Senhor Presidente que se hoje tem o Ferry a funcionar desde a Pascoa, que foi graças ao empenho dos Deputados do PSD porque desde sempre nesta Assembleia Municipal lutaram pela ligação a Espanha, quer através de ponte, que já desistiu, quer pelo Ferry.

Por fim o Senhor Deputado colocou várias questões ao Senhor Presidente; Alertou o Senhor Presidente para a areia que está a retirar do Ferry, mais cedo ou mais tarde está a coloca-la no cais dos pescadores, o que pode pôr em perigo a vida dos



## Assembleia Municipal de Caminha

pescadores caminhenses, que usam o cais para a sua labuta diária da pesca; disse ainda que somos nós que estamos a pagar o desassoreamento, enquanto os espanhóis batem castanholas, isto é, nós pagamos e eles nada, perguntou então, como está a dívida do Ferry, os espanhóis estão a pagar; o Senhor desistiu ou não desistiu da dívida, são 2,6 milhões de euros, vai recebe-la através do tribunal ou através de algum acordo, nós caminhenses precisamos de saber o que se passa com esta dívida, porque temos a sensação que o Senhor Presidente da La Guardia está a apostar na prescrição da dívida e o Senhor está a deixa-lo prescrever.

Relativamente ao Festival de Vilar de Mouros disse que o Senhor Presidente andou pelo Concelho com o maestro Vitorino d'Almeida e com a sua filha a dizer que ia reeditar o Festival de 1982, pelo que elevou as expectativas de todos os caminhenses. Uma vez que foi eleito o Senhor Presidente encontrou um protocolo com uma instituição que teve todo o tempo para o denunciar, se achasse que a AMA não era o parceiro ideal para a realização do festival, no entanto, o Senhor manteve a AMA e avançou, por uma razão muito simples, porque a sua ambição e vaidade política, que nada tem a ver com a ambição e vaidade pessoal, viu uma oportunidade única de poder dar uma bofetada de luva branca ao anterior executivo do PSD, só que as coisas não correram bem e o primeiro a aperceber-se foi Álvaro Covões que abandonou, e mesmo aqui numa Assembleia Municipal cheguei a chama-lo a atenção que Vilar de Mouros ia ser uma banhada, e o Senhor riu-se. E porquê, Senhor Presidente, é necessário andar na rua e saber ouvir os caminhenses e o Senhor não o fez, porque se o tivesse feito, tinha-se apercebido que Vilar de Mouros não ia correr bem, e poderia ainda ter tempo de o corrigir. Pensou o Senhor Presidente que a Juventude Socialista ia encher o recinto, mas saiu-lhe o contrario porque estes estavam no Super Bock, Super Rock, ou em Paredes de Coura. E a propósito de Paredes de Coura, não vou deixar de lembrar um facto é que o Senhor Presidente por Vilar de Mouros, pouco ou nada fez, e não digo trazer cá o Dr. Mário Soares ou o Dr. Antonio Seguro, mas poderia trazer o Dr. Antonio Costa, porque quando ele esteve presente no Distrito de Viana do Castelo, o Senhor levou-o ao Festival de Paredes de Coura, é por isso que digo





## Assembleia Municipal de Caminha

que o Senhor não tem tempo para Caminha, o Senhor está a servir-se de Caminha para se relançar para Lisboa.

Por ultimo disse ainda ao Senhor Presidente para ter mais cuidado como está a gerir o Concelho de Caminha, porque os Caminhenses já se aperceberam da sua falta de maturidade para dirigir, que o seu grupo já está dividido e que não está a funcionar, e na verdade já passou um ano e meio da sua gestão ainda falta passar dois anos e meio e estamos numa altura que não podemos ter mais quebras e que de uma vez por todas devemos virar a folha e trabalhar.

O **Senhor Deputado Rui Lages** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse que:

Os caminhenses estão fartos é desta historia da carochinha do PSD, de vir aqui falar mal e criticar sem nenhuma solução dar, e isso, é que é um pouco de vergonha politica, Senhor Deputado, e esses jovens socialistas que o Senhor aqui menciona, vem aqui fazer uma proposta a esta Assembleia:

“A Lei nº98 de 18 de Fevereiro de 2009 criou o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.

Se é verdade que existe esta possibilidade de aproximar os Jovens à vida política e à consciencialização cívica, não menos verdade é que os Municípios têm feito tábua rasa desta lei.

Durante sensivelmente 6 anos, o Município de Caminha não foi exceção a este estado de coisas.

Mas, estando o Partido Socialista nos comandos do Executivo Camarário era e é minha obrigação apelar para a constituição formal deste Conselho Municipal.

Muito se fala do desapego dos Jovens às questões da política. Muito se fala da necessidade de fomentar a disciplina de formação cívica nas escolas. Muito se fala da necessidade de combater o abstencionismo político nas camadas jovens.

Mas... o que se tem feito??



## Assembleia Municipal de Caminha

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. Pois bem, este instrumento seria uma forma de cativar os nossos Jovens para a intervenção cívica na nossa sociedade.

A Juventude Socialista tem feito sua bandeira a criação destes Conselhos Municipais. E, sendo eu o mais Jovem deputado nesta Assembleia, sendo também um Jovem Socialista, sinto-me na incumbência de lançar aqui a primeira pedra por forma a criar o Conselho Municipal de Juventude de Caminha, prontificando-me desde já, a colaborar nos trabalhos preparatórios e a pertencer a uma putativa comissão que dê origem à formalização do Conselho Municipal de Juventude.

Cabe-nos a nós, eleitos locais, cativar e fomentar o espírito crítico das camadas jovens. Cabe-nos a nós apostar e dar vós aos nossos jovens.

Sr. Presidente sei que a participação cívica, o diálogo e a transparência são temas que lhe são bastante queridos. O Município de Caminha não pode continuar a fazer tábua rasa desta Lei que, atribui direitos aos nossos Jovens Múncipes. Gostaria que agarrasse este dossiê e fosse o pioneiro na criação do Conselho Municipal de Juventude de Caminha.

Apostar nos Jovens é apostar no futuro. E os Jovens são o nosso futuro.”

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que os documentos ficassem disponíveis por mais tempo em formato online e de seguida deu início à sua intervenção e disse que:

“Nos últimos dias fomos confrontados com a decisão de não se realizar a edição deste ano do Festival de Vilar de Mouros. Em abono da verdade, esta tomada de posição do executivo camarário, liderado pelo PS, mas que conta com três vereadores do PSD, não nos surpreendeu, sobretudo pelas razões que a sustentam. É por todos sabido, em particular por muitos dos membros desta assembleia, que a CDU esteve, desde o início na defesa do festival, mas contrário à decisão de 2013, do executivo camarário de então, liderado pelo PSD, e que contava com três vereadores do PS. Essa decisão entregava a uma IPSS, a AMA,





## Assembleia Municipal de Caminha

sem qualquer passado na organização deste tipo eventos, sem qualquer ligação ao festival, sem qualquer vocação neste domínio, a reedição do festival de Vilar de Mouros. E mais, dissemos na altura, embora reconhecêssemos o papel desta entidade no domínio do autismo, tal não era razão para lhe atribuir a responsabilidade de fazer ressurgir este mítico festival. Julgamos ainda imprudente da parte do PSD, às portas de um ato eleitoral, vincular os eleitos futuros às suas decisões, arrastando não só a Câmara Municipal de Caminha, como também a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, proprietária dos terrenos, uma obra que nitidamente engrandece a CDU no poder local e serve de exemplo pelo aumento de património desta freguesia.

Apesar de ser claro na altura que a AMA não teria capacidade para organizar este festival, fruto da sua vocação ser outra, a Câmara Municipal de Caminha, liderada desde outubro de 2013 pelo PS, teimou em honrar o protocolo assinado pelo PSD. As razões dessa decisão ficarão para sempre associadas ao PS, mas pelo já publicado, não ignoravam disponibilidades financeiras para rasgar o dito acordo, previsivelmente lesivo ao festival, a Vilar de Mouros e ao Município de Caminha. Com essa decisão, mais não seria de esperar da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros que não fosse manter disponíveis os seus terrenos para que o festival se realizasse em 2014, revelando responsabilidade e solidariedade institucional.

Sabemos hoje também que o município teve que mobilizar significativos esforços financeiros, a par de outros, para que a edição de 2014 do festival tivesse alguma dignidade. Impera por isso questionar o executivo da razão pela qual não assumiu, logo após a sua tomada de posse, desvincular-se deste protocolo, que tal como era sabido havia sido assinado numa tentativa desesperada de pré campanha eleitoral do PSD, quando afinal vem mais tarde custear a sua realização com valores, que negociados, provavelmente se igualariam aos da rescisão do protocolo. Teria, dessa forma, havida a vantagem de preparar a edição de 2015, marcando-se para este ano a reedição do Festival de Vilar de Mouros. Na verdade, a decisão unilateral do PSD, completamente alheia à participação coletiva, comprometeu o festival, provocou danos na sua imagem, perturbou as instituições e as autarquias,



## Assembleia Municipal de Caminha

obrigou a gastos municipais desnecessários e, tal como esperado, e por nós alertado, não teve o sucesso desejado por todos.

Mas o município e em particular as políticas municipais não se resumem à organização de eventos que reúnem as populações como meros assistentes. Caminha carece de motivação para a participação ativa dos jovens, das instituições e das populações em geral. O envolvimento do município de Caminha no plano educativo é inexistente, não fossem as ações das escolas a apelar ao envolvimento da autarquia e as comunidades educativas seriam ignoradas. A participação ativa dos cidadãos resume-se às reuniões de câmara itinerantes, com os custos que as mesmas acarretam. As instituições, em particular o movimento associativo, atravessam momentos de enorme dificuldade, mostrando-se, apesar disso, sempre disponíveis para o município, desconhecendo-se o envolvimento, e apoio dado às mesmas, à exceção do que foi público relativo a uma nova associação de teatro, cujo apoio camarário não invalida que às escolas e o município sejam cobrados os seus serviços. Mas o emprego é mesmo o mais preocupante. Senhor presidente, a sua bandeira de emprego, pese embora os números do IEFP lhe sejam favoráveis, está a meia haste, e tememos mesmo que a tenha que a recolher. Os empregos que defendeu ter promovido numa entidade privada são precários, pela duração contratual e pela redução do horário de trabalho, e a verdade é que não se vislumbram outras oportunidades, sobretudo capazes de garantir trabalho remunerado, na qualidade que a situação de pleno emprego exige, a quase um milhar de munícipes. Tem V. Exa. a ligação preferencial à Galiza, mas que trocas efetivas promove no domínio do emprego e da colaboração entre instituições? Caminhadas, feiras e outros eventos semelhantes, não vão além da visita, algo que individualmente é possível. Onde está a estratégia de ação conjunta promotora de investimento e de criação de um nicho de oferta e de fixação de empresas, de formação, de cooperação no trabalho e no desenvolvimento? Resuma o essencial dessa, ou de outras relações preferenciais. Diga-nos em que ponto esse relacionamento supera a cordialidade das relações entre autarquias e que plano transfronteiriço existe. Tem alguma candidatura em mãos? Tem algo pensado para





## Assembleia Municipal de Caminha

o movimento hoteleiro e turístico. Tem sido elemento de aproximação no mundo do trabalho, por exemplo na pesca? Tem procurado promover a ligação entre instituições formativas, em particular colocando em contacto a escola pública em ações concretas que promovam o potencial de fixação das populações na região?

Não queremos terminar sem nos referirmos aos trabalhos iniciados na zona dos caldeirões em Âncora. Já várias vezes questionamos se esta é a solução mais adequada, e as respostas não passam de meras opiniões pessoais, em particular do Vice Presidente da Câmara, por isso solicitamos a vossa excelência o envio aos partidos representados nesta assembleia do estudo realizado e que conduziu a esta solução, em particular o resumo técnico, abrangendo também o projeto do pinhal da Gelfa, podendo já nesta assembleia indicar o que este traz de novo quando comparado com o anterior. Sabemos também o que compreendem os projetos de execução, mas o que dizer sobre a manutenção? Está prevista alguma para o futuro próximo?"

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que escutou atentamente a intervenção do deputado Rui Taxa e disse que o Deputado está muito mais à vontade em relação ao domínio da narrativa e desse modo, consequentemente em relação ao Teatro/ representação do que ele. Em relação à representação e ao Teatro ficámos por aqui.

O Senhor Deputado disse que quando falámos sobre as contas em que utilizou os dados da ordem dos técnicos oficiais de contas recordando que os dados que estavam lançados e como os números são o que são ou dizendo de outro modo como diria Shakespeare "Ser ou não ser, eis a questão" a verdade é que se limitou a reproduzir aquilo que estava no anuário dos técnicos oficiais de contas e portanto pareceu-lhe perfeitamente adequada e devidamente justificado para fomentar a sua intervenção e nada tem a dizer quanto a essa matéria, e mantém até prova em contrário a sua argumentação. Lembra-se que nessa intervenção alguém da bancada do PSD disse que já estava habituada a fazer esses números. Os



Handwritten signatures in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

números que pelos vistos estão associados ao teatro, não são connosco são com outros e não se sente à vontade nesse domínio. Disse ainda ao Senhor Deputado com amizade e frontalmente que o Doutor Rui Taxa é uma pessoa educada, cortês, mas nas suas intervenções demonstra falta de cortesia, falta de elegância e até alguma falta de educação, quando se refere ao Senhor Presidente. O Senhor está no limite entre aquilo que é admissível e aquilo que não é admissível. Disse que não se referia à questão pessoal mas política, o que no seu discurso mesmo na parte final não é perceptível a diferença entre a situação política e pessoal que, por vezes, efetivamente cai e resvala para aquilo que é a apreciação pessoal da figura do Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Miguel Alves, viverá utilizando também uma expressão teatral o cinematográfico Twilight Zone, no limite da realidade. Queria apelar para que no seu discurso que tem conteúdo obviamente mas que, naturalmente fosse mais módico nas expressões que utiliza, não lhe estou a dar um conselho, é a apreciação que faço e permita que a faça desta forma. Porque estas questões, padrinho/afilhado, afilhado/padrinho creio que realmente serão escusadas e até desapropriadas para o órgão a que todos pertencemos, mas enfim, as expressões são suas.

Quanto a Vilar de Mouros o Senhor Deputado disse que foi o PSD que acabou com o Festival de Vilar de Mouros ao longo de anos e Vilar de Mouros só voltou à agenda política quando Miguel Alves em pré campanha eleitoral decidiu efetivamente trazer Vilar de Mouros para a agenda política, e aquilo que a candidatura do PSD faz, aquilo que a Câmara Municipal do PSD faz é fazer um número, um contrato que é efetivamente um número, perfeitamente amator no sentido de levar a feito um festival que não poderia ter sido amator. Os Senhores não só acabam com o festival como deixam como legado para aqueles que ganharam as eleições um projeto para Vilar de Mouros perfeitamente inaceitável com protagonistas sobretudo um que, a AMA que nada tem a ver com a organização destes festivais e deixam este “embrulho” para o Partido Socialista resolver e nesta situação ainda vem aqui, numa espécie de “non venire contra factum proprium”, ou seja, vem invocar um erro próprio para lançar um ataque





## Assembleia Municipal de Caminha

contra aqueles que nada têm a ver com aquilo que vocês fizeram. E na verdade acabem com o festival e deixam a organização do festival apressadamente e totalmente armadilhada e agora que se encontrou uma solução ótima que o Senhor Presidente já anunciou que o próximo festival de Vilar de Mouros se realizará em dois mil e dezasseis e que participarão em termos organizativos aquele que é o “dream team” da organização dos festivais. Temos realmente aqui a promessa do “dream team” da organização do festival em dois mil e dezasseis depois da atual Câmara Municipal ter resolvido um conjunto de sarilhos e problemas que os Senhores deixaram na ambição e ansiedade em que iam conseguir alguma coisa mas infelizmente não tomaram uma boa decisão e cometeram um erro gravíssimo e mesmo um dos parceiros que vocês escolheram a AMA disse que foi um erro intervir neste tipo de evento.

O Senhor Deputado Manuel Falcão relativamente ao Ferry disse que para ele e para a maioria dos Caminhenses tem uma importância relevante naquilo que é o desenvolvimento socioeconómico da nossa Terra. Para a maioria dos caminhenses (não para todos já sabemos que não) tem efetivamente uma importância fundamental. E não esquecemos que o Ferry é uma obra do Partido Socialista. Na verdade é que vocês em relação ao Ferry dá-me a sensação que o PSD nunca esteve ao lado do Ferry Boat, não obstante reconhecer a sua importância no desenvolvimento sócio económico do concelho. O PSD enquanto foi poder andou sistematicamente a tentar encontrar soluções para a questão do Ferry, doze anos, e soluções consistentes, necessárias e desejadas nunca foram encontradas. O PSD de alguma forma pôs a veste política para o povo mas tenho a sensação que o Ferry era uma coisa não amada. A confirmar e a concretizar o meu pensamento estão os atos políticos e de gestão do PSD no final do seu último mandato. O PSD no final do seu último mandato e se não foi assim vão ter que chamar mentirosos aos funcionários da Câmara que o Governo Municipal do PSD informou os funcionários que o Ferry era para parar e que os funcionários não temessem, pois iriam para outros lugares e portanto, se não foi assim, vocês têm de chamar mentirosos aos funcionários do Ferry que afirmaram as coisas desta forma nua e



## Assembleia Municipal de Caminha

crua, clara como eu estou aqui assim a citar. E ainda disse que, ao que sabe, se tiver que ser desmentido desmintam, a verdade é que também na fase final do mandato PSD, do quadro associado ao Ferry foram retirados funcionários deixando apenas uma parte daqueles que estavam nesse mesmo quadro.

No entanto o atual Governo Municipal do PS prometeu ter o Ferry a funcionar na Páscoa e, efetivamente o ferry funcionou na Páscoa. Prometeu e cumpriu, e logo o PSD vem com um comunicado, vou citar uma passagem bíblica da “Maria Madalena arrependida” augurar que o ferry logo a seguir à Páscoa pararia mas na verdade é que o ferry continua a funcionar. Mesmo hoje comprovei que o ferry estava a funcionar. Na verdade é que aqueles que auguraram o final do ferry se enganaram. O ferry continua a funcionar.

O Senhor Deputado disse que em Caminha há aqueles que querem o Ferry e quem não quer o ferry e nós sabemos quem quer o Ferry. O PS quer que o ferry funcione porque é uma obra sua e sabe que é uma obra útil para o concelho. O PSD pelo contrário quer que o Ferry repouse eternamente nas grossas areias do rio Minho. Enquanto o anterior Governo do PSD empurrava o problema um pouco para a frente com a barriga transferindo a responsabilidade para o governo de Madrid, e o Governo atual do PS não precisou de empurrar o problema porque o resolveu. O Governo do PS procurou e encontrou soluções e vejam bem até está a receber de La Guardia aquilo que é devido, ou seja, aquilo o que foi efetivamente convencionado.

Quanto ao 25 de Abril disse ao Senhor Presidente da Assembleia que o felicita pela forma exemplar como comemora/organiza as festividades do 25 de Abril, num ambiente democrático, plural, com todas as forças políticas convidadas ao contrário do que aconteceu no anterior executivo.

Por fim o Senhor Deputado disse que muitos dos que aqui estamos conhecemos a pessoa de que vos vou falar. Na madrugada do passado dia cinco de abril a morte bateu à porta de um querido amigo, de um enorme Seixense e de um orgulhoso Caminhense. Nesse dia partiu António Ferreira Cacaís por muito de nós conhecido





## Assembleia Municipal de Caminha

por Peribaldo. A morte levou-o quando se encontrava no amado exercício da profissão de pescador que desde tenra idade abraçava.

O António foi delegado da Assembleia de Seixas, membro da direção da Associação de Pescadores e pertencia à mesa da Confraria de S. Bento.

O Antonio Cacaís deixa-nos uma enorme saudade, peço desculpa estar a extrapolar a minha intervenção non âmbito das competências da Assembleia Municipal mas eu queria deixar aqui a memória do Antonio Cacaís, uma homenagem. E, portanto, também aproveitar este momento, que o Antonio Cacaís foi para o rio trabalhar aos dezassete anos com o pai numa família com muitos irmãos, aproveitar esta memória do Antonio Cacaís dizendo que o Antonio Cacaís ficará para sempre no meu coração e também dessa forma prestar uma homenagem singela a todos os pescadores, à sua coragem, parte profissional, que fazem muita história do nosso Concelho e portanto, apenas essas palavras singelas para deixar aqui esta minha saudade.

**O Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que aproveitou para cumprimentar uma irmã do Antonio Cacaís que por acaso é sua tia, e saúda também toda a coragem em geral dos pescadores, quando estes infortúnios da vida nos fazem pensar nas nossas opções.

O Senhor Presidente disse que foram colocadas nesta Assembleia algumas questões, e que naturalmente não conseguiu abarcar todas elas, mas escolheu aquelas que poderá esclarecer da melhor maneira possível nesta reunião.

Saudou em particular o Senhor Deputado Rui Lages que trouxe a esta Assembleia uma proposta que lhe parece dever ser acolhida no âmbito deste nosso Município, e disse que, hoje em dia a participação faz-se também nestes locais, através da forma muitas vezes divergentes e complementares. Julga que o Conselho Municipal de Juventude, sendo uma prerrogativa da lei deve cumprir essa própria



## Assembleia Municipal de Caminha

lei, mas também essa vontade e desejo de que se poder trabalhar em conjunto com as organizações jovens com os diversos partidos de modo a se encontrar os melhores caminhos para se poder encontrar novas respostas. O Senhor Presidente disse que a juventude nunca a considera como um setor específico da sociedade e distante dos outros, uma política da juventude será sempre uma política global, de rejuvenescimento mas sobretudo de constância da própria comunidade. Temos todos nós o dever de fazer cumprir a lei mas temos sobretudo o dever de fazer cumprir os sonhos dos nossos jovens. Estar atentos aquilo que são diversas perspetivas. A proposta foi colocada e eu agradeço e naturalmente que a Câmara estará empenhada com todo o gosto a ajudar com todos os órgãos disponíveis o Concelho Municipal de Juventude de Caminha.

Saudou também a intervenção da Senhora Deputada Sónia Lajoso no âmbito das obras que decorrem na freguesia de Âncora, freguesia que nem sempre teve a atenção que merecia por parte do Município mas que julga que se está a fazer um trabalho que honra o Município de Caminha e sobretudo leva à freguesia de Âncora respostas que há muito são procuradas. Não é fácil, não é simples e em tempos de constrangimentos financeiros, tem-se feito um trabalho com que podem de facto ajudar a vida das pessoas atendendo àquilo que são as necessidades e também os problemas, alguns deles estruturais da freguesia de Âncora.

Saudou o Senhor Deputado Celestino Ribeiro que trouxe a esta Assembleia algumas das suas interrogações e pediu-lhe também para englobar na sua apresentação a resposta que dará ao Senhor Rui Taxa a algumas das questões que colocou. Agradeceu também ao Senhor Deputado Manuel Falcão a forma como soube explicar tão claramente algumas das questões que, sendo óbvias para a maioria da população nem sempre são óbvias para um grupo de pessoas que tende sempre a ver aquilo que é negro, aquilo que é constrangedor do ponto de vista político para quem faz esses ataques, pelo que agradece a clarividência das questões que aqui foram colocadas.

O Senhor Presidente disse ao Senhor Deputado Rui Taxa com toda a franqueza, e aproveitando Shakespeare que escreveu em tempos que “Há mais coisas entre o





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

céu e a Terra do que a nossa filosofia possa imaginar” e questiono-me muitas vezes sobre o que se está a passar nas intervenções do Senhor deputado Rui Taxa. O Senhor Deputado é um homem que habituou o Concelho de Caminha a fazer reflexões sérias, a colocar as questões naturalmente sob o seu ponto de vista, e essa é uma particularidade que naturalmente é sua e que deve ser salientada, mas de facto deve considerar, que já na última Assembleia Municipal teve o cuidado para não dizer exatamente tudo o que queria dizer porque acho que temos também de preservar um pouco o Senhor Deputado Rui Taxa. Também sabe aquilo que as pessoas lhe vão dizendo na rua, porque é sempre importante saber aquilo que as pessoas dizem sobre as nossas intervenções julgo que em alguns casos são injustas, mas esta vida algumas vezes é injusta, também lhe parece que há momentos em que nos devemos preservar e não prestar um serviço por muito leais que parecemos ser com um serviço que nada tem a ver com a nossa forma de estar, com a nossa forma de atuar, e gostava que de facto, o Senhor Deputado pudesse fazer uma reflexão sobre esta matéria.

Relativamente a algumas questões que colocou, o Senhor Presidente disse que surpreende-se muito, embora venha em linha daquilo que tenha dito, que o Senhor Deputado seja um homem defensor do nosso Concelho e aproveita as suas prestações nesta Assembleia para atacar o Concelho de Caminha. O melhor Carnaval é nos Arcos de Valdevez, o melhor Caminha Doce foi há uns anos atrás e este não valeu nada, o Vilar de Mouros foi uma desgraça e gostava que pudesse de facto, por uma vez usar o seu cargo, que ainda por cima tem responsabilidades, porque é o Presidente da Assembleia Intermunicipal para poder fugir um pouco ao serviço que presta ao seu partido e que pudesse acolher mais a sua responsabilidade para com o Concelho de Caminha. E o que se passou foi muito simples, em Valença, o Partido Socialista atacou o Presidente e a Câmara Municipal por causa do evento “Caminha Doce” em Caminha que tinha sido um sucesso e o Senhor Presidente veio dizer que não tinha sido um sucesso nenhum. O Senhor Deputado Rui Taxa veio aplaudir o seu camarada de partido, o seu companheiro. O desfile de Carnaval dos Arcos de Valdevez, o outro Município do



## Assembleia Municipal de Caminha

PSD veio dizer que afinal é melhor do que o desfile de Carnaval de Caminha, mas a verdade é que o desfile de Carnaval de Caminha deu um salto que surpreendeu até o PSD, essa é que é a verdade. Milhares de pessoas na rua, uma vivência completamente distinta, um Carnaval não que se afirma como o melhor do Minho o que não é esse o nosso intuito, é mesmo ser o melhor Carnaval do Norte do País. Agora não pensamos pequenino, pensamos com ambição que Caminha deve ter. E quanto ao Festival de Vilar de Mouros, permita dizer Senhor Deputado que este é um tema que não fica bem ao PSD que durante oito longos anos o PSD não quis o Festival de Vilar de Mouros. Anunciou protocolos e até referiu aqui do Mestre Vitorino d'Almeida que corrigiu para a filha; andou com o mestre Vitorino d'Almeida para tentar encontrar uma solução de um protocolo que assinou e que nada aconteceu em dois mil e nove, por exemplo. Lembrou-se disso certamente e fugiu-lhe essa sua ideia. Durante oito anos nada fizeram, mesmo não percebendo a valia do festival de Vilar de Mouros no contexto do Concelho de Caminha. E durante esses oito anos, pelo país, os festivais de música afirmaram-se e muito mais afirmaram-se como motores económicos das regiões e mesmo do país. Vilar de Mouros ficou para trás. À boca das eleições, contra a opinião do candidato e agora Presidente da Junta da Freguesia de Vilar de Mouros, Carlos Alves, contra a opinião do Presidente da Câmara que sou eu, contra a opinião de muitas e muitas pessoas que disseram que a solução para o regresso do festival de Vilar de Mouros deveria ser uma solução cuidada. Uma solução que tivesse em conta não só a tradição do festival e a valia desse próprio evento, mas também a capacidade de profissionalizar uma organização. Avançaram com um protocolo, um protocolo que blindou a organização durante os quatro anos seguintes. Contra as suas expectativas quem ganhou a Junta e quem ganhou a Câmara não eram das cores do PSD, apesar do esforço à boca das urnas. E a Câmara Municipal decidiu que tinha que honrar o compromisso assumido pelo PSD por várias razões mas sobretudo porque existia uma grande possibilidade porque não se via nem em outubro nem em dezembro, nem até à data do festival, que o contrato ou o





## Assembleia Municipal de Caminha

protocolo assinado não estivesse a ser cumprido tendo em conta a letra da Lei e ação da própria AMA que realizava o evento.

O Senhor Presidente interrompeu a sua intervenção e chamou a atenção da Senhora Deputada Júlia Paula que se tiver que fazer comentários fique aqui quando ele está a falar e quando tiver que falar, sobe ao púlpito, porque senão está aqui constantemente a incomodar a sua oratória o que de facto não traz nada de novo a esta Assembleia e não lhe fica bem.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa a solicitar a palavra.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que lhe daria a palavra após a intervenção do Senhor Presidente.

O **Senhor Presidente da Câmara** deu continuidade à sua intervenção e disse que de facto em Vilar de Mouros havia possibilidade de se poder fazer a escolha, de acabar com aquele protocolo que poderia levar a um período indemnizatório e tínhamos que ponderar. Uma coisa é verdade, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia uniram-se e deram por tudo para que o evento do ano passado corresse pelo melhor. Quem não o fez foi curiosamente o PSD que durante todo o tempo da organização do festival se fartou de clamar aos sete ventos que aquele festival ia ser um fracasso. Disse-o aqui e disse-o lá fora. Estamos aqui de consciência tranquila relativamente a essa matéria. Investimos o que podíamos, cumprindo o protocolo. O esforço de investimento da Câmara Municipal foi feito cumprindo o protocolo assinado pelo PSD. E depois tivemos que manter uma intervenção cuidada em todos os momentos do festival. Cedo se percebeu que a AMA sendo uma organização meritosa com um vasto trabalho no acompanhamento a jovens, e a meninos de família autistas. Na verdade é que não tinha os instrumentos, as aptidões nem os conhecimentos necessários para organizar o festival que foi o Vilar de Mouros. O festival voltou mas não em condições que eram desejáveis para



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

o regresso de um festival. Logo teve-se que ponderar sobre a continuação da realização do mesmo. E o que aconteceu foi que a AMA assumiu perante mim a impossibilidade de organizar a própria edição de 2015 tal como estava contratado. Assim sendo, só havia uma posição a tomar, era virar a página e tentar encontrar uma solução. Desta vez não precisamos de encontrar uma solução à pressa. Foi uma solução encontrada com cuidado com diálogo, com profissionais e com provas dadas e que tem todas as condições para poder regressar com o festival de Vilar de Mouros em dois mil e dezasseis quando houver de facto trabalho já suficiente para amadurecer essa solução; não andamos, como andou o PSD a brincar com o nome do festival. Recordando que, quando quiseram à pressa no absoluto pânico de perderem as eleições regressar com o Festival de Vilar de Mouros que nem o nome do Festival de Vilar de Mouros estava registado no Município, estava nas mãos de um particular, não houve sequer esse cuidado. Agora não há soluções em cima do joelho, agora trabalha-se com os melhores porque não há margem para errar. O festival de Vilar de Mouros tem que regressar em grande. O PSD atacou o festival durante um ano, agora vem dizer que a Câmara falhou; fez-se tudo aquilo que estava ao nosso alcance para poder respeitar o nome de Vilar de Mouros e para poder respeitar os contratos que estavam assinados independentemente de quem estava no poder na vida política e democrática de um território; vamos virar a página para termos um grande festival, e isto foi o que se passou.

Relativamente às contas o Senhor Presidente disse que o Senhor Deputado veio avançar um debate, que iremos ter a seguir na ordem de trabalhos. Mas todas essas pressões sobre martelar contas, sobre fazer alguns exercícios de desvios e e de pouca qualificação das próprias contas, devo remeter essas acusações para todas as contas que fomos aprovando nos últimos anos na Câmara Municipal. Essas contas não tinham em conta aquela que era a real situação financeira da Câmara Municipal de Caminha. Falava-se então que havia uma saúde invejável que dava um lucro de dois milhões por ano, lucros e números que não correspondiam nem correspondem à verdade. Agora existe rigor e um cuidado que não existia antes, queixam-se de se ter registado a dívida das piscinas; umas





## Assembleia Municipal de Caminha

piscinas que teremos de pagar todos até dois mil e trinta e três que vão custar dezanove milhões e meio de euros ao Município de Caminha e que não eram registadas nas contas e que agora são. O Senhor Presidente disse que devemos ter em conta que durante anos o PSD no poder viveu à sombra de todos os empréstimos que iam pedindo para resolver os seus problemas, e vejam, aquando da Câmara ser criticada por pedir um empréstimo para pagar as dívidas judiciais, que não as criou mas que as tem que pagar. O PSD que criticou a Câmara por ter contraído esse empréstimo, contraiu empréstimos de curto prazo em dois mil e quatro, em dois mil e cinco, em dois mil e seis, em dois mil e sete, em dois mil e oito, empréstimos de médio e longo prazo em 2004, 2005, 2010 e 2011, teve uma receita extraordinária para pagar dívidas em 2009 recebeu 2,5 milhões; recebeu em 2013 uma receita extraordinária de 2,2 milhões, e quem vai pagar este empréstimo de médio longo prazo é este executivo e os que seguirão. É muito fácil pedir empréstimos e depois vir criticar a atual Câmara por pedir empréstimos para pagar dívidas de processos judiciais no qual não teve nenhum papel, o único papel que terá, será de os pagar. Esta é uma mudança importante nas contas da Câmara, porque agora estamos a diminuir a dívida as entidades bancárias. Disse ainda que vai relatar alguns números no âmbito dos empréstimos a médio longo prazo entre 2014 e 2011, a Câmara somou em termos de receita de entrada de dinheiro 5,3 milhões, estando por pagar 4 milhões, e quem vai pagar, o Município durante os próximos anos e este executivo vai ter que arranjar soluções. No âmbito da extraordinária dívida do PRED que foi contraída em 2009, na Câmara entrou uma mala com 1,2 milhões de euros para pagar dívidas. Quem vai ter de as pagar somos nós. O PAEL, entrou aqui um saco com 2,2 milhões de euros para pagar dívidas aos fornecedores no âmbito do PAEL em 2013. Sabem quanto estava pago quando chegamos? Zero! Vamos pagar tudo. Às vezes as pessoas perguntam-me na rua: "Ó Senhor Presidente mas se isso estava tudo tão mal como é que eles tinham dinheiro para pagar as coisas?" Pois tinham, contariam os empréstimos e toca a pagar e quem vier a seguir que feche a porta e de preferência que pague as dívidas aos bancos. É isso que nós temos de fazer. Estão 7 milhões e duzentos mil



## Assembleia Municipal de Caminha

euros por pagar à banca e são os munícipes que vão ter de pagar e a Câmara tem feito uma opção e tem dito aos munícipes que assume a sua parte nesta tarefa, e foi por isso é que baixou os impostos, baixou as taxas, assumindo um esforço que é evidente já neste exercício de contas. É isto, que revelam as contas são p.p. 19 milhões para pagar até 2033, empréstimos para liquidar. Existem despesas para pagar até 2031 para pagar só daquilo que já foi gasto. Disse ainda que os números são evidentes. Se em 2013 o anterior executivo deixou 4,8 milhões de euros em compromissos por pagar em 2014 deixamos 3,5 milhões de euros por pagar, menos 1,3 milhões sobre heranças e contas sérias estamos conversados. O Senhor Presidente disse ainda ao Senhor Deputado Rui Taxa por causa do assoreamento e desassoreamento do cais de embarcação do Ferry que este pediu exatamente o mesmo para o Portinho de Vila Praia de Âncora e disse-lhe que o Portinho foi durante muito tempo uma bandeira dos Senhores Deputados do PSD, a maravilha de uma obra corretíssima, sempre esquecendo a opinião dos moradores e pescadores que sempre disseram que nunca foram ouvidos sobre esta matéria.

O Senhor deputado quer saber se vai haver desassoreamento no Portinho de Vila Praia de Âncora? Em resposta o Senhor Presidente disse que já houve, e custou 500 mil de euros e o Estado assumiu, porque é da sua competência naquela área. Sabemos que o cais de atracação é uma questão fundamental para o Concelho de Caminha, conseguimos que os valores fossem bem mais baixos porque o estado não os assumiu e tivemos de os assumir. Mas existe uma diferença, é que a dragagem feita este ano já alguns meses só agora se está a revelar, por causa das deficiências estruturais, as areia começam-se a acumular naquela zona. Desta vez foram meses que os pescadores poderão sair e entrar na barra, porque o desassoreamento foi bem feito. Quando estava aqui o PSD no poder não teve nenhum cuidado em acompanhar aquela obra e no dia a seguir à partida da draga já havia uma ilha de areia à boca do Portinho porque ninguém ouviu os pescadores e ninguém quis saber destas soluções. Coerência Senhor Deputado é isto que pedimos porque assim os debates são bem mais sérios.





## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ainda sobre o Ferry o Senhor Presidente disse que está muito à vontade nesta questão porque apesar de ter herdado uma situação muito complicada está-se a fazer frente àquilo que era um problema que se arrastava há anos. Diz o Senhor Deputado que os Espanhóis estão a apostar na prescrição das dividas em relação ao Ferry Boat. E pois estão, e sabe porquê? Porque o PSD durante alguns anos nunca andou a cobrar estas dívidas e eles na ação intentada por Caminha disseram logo que provavelmente haviam anos de dividas prescritas. E pois estão mas não é de agora porque a ação não fui eu que a intentei nem foi no nosso tempo que recebemos essa contestação. O que eles dizem, os Espanhóis, os Galegos é que durante anos o problema arrastou-se, Caminha calou-se 2000,2001,2002,2003,2004,2005 e 2006. E anos mais tarde vem pedir que a dívida seja paga. Os Espanhóis estão a jogar com a prescrição, mas uma coisa pelo menos é certa, da responsabilidade política desses milhões que Caminha deixou ou deixará de cobrar por esta ação se ganhar a Galiza é inteiramente culpa do Governo Municipal PSD. Disse ainda o Senhor Presidente que ao contrário do PSD, está-se a dialogar de modo a se ter pagamentos que venham do lado de Espanha, e com este executivo, Espanha e La Guardia já pagaram em termos de dívida anterior do Ferry Boat 176 mil 550 euros e 70 cêntimos, receita que está a entrar. Não foi necessário andar a entrar com ações judicias dificilmente cobráveis que vão colocar questões de direito internacional. Dialogamos e encontramos respostas.

Disse ainda que a receita da futura bilheteira que vier a partir de Maio para o Ferry que seja cobrada na Galiza reverterá toda para o Concelho de Caminha; Quanto a formalidades sérias, o Senhor Presidente disse que o PSD que estava muito entretido a dar cabo e a acabar com o Ferry Boat, e já ninguém nega que assim não tenha sido. E mesmo a expressão do Senhor Deputado Rui Taxa quando disse que alegamos que alguém da Câmara Municipal de Caminha tenha dito que o Ferry iria deixar de funcionar. Não foi alguém, foi a Presidente da Câmara Júlia Paula que disse aos funcionários que o ferry ia fechar, e mesmo altos quadros



## Assembleia Municipal de Caminha

ligados ao executivos chamavam de viva voz “Titanic” ao nosso Ferry Boat, era esta a visão estratégica do PSD, antes do PS ter ganho as eleições.

Anda-se a resolver problemas, e sabe que problemas resolvemos? O Ferry Boat já esta registado no nome de Caminha. Mas entretanto fui chamado de mentiroso, que havia um registo, saíram títulos de jornais “Comandante da Capitania de caminha desmente Presidente Miguel Alves”. A embarcação não estava registada mas está registada agora, que é condição importante no registo do património e de eventuais garantias que tenhamos que dar a terceiros. Por fim para acabar de vez em relação a quem foi digamos assim o autor do caminho que o Ferry estava a levar nos últimos anos. É comum dizer, que foi este executivo, o Senhor Presidente Miguel Alves que acabou com o Ferry que o fechou que deixou de funcionar. Às vezes parece que estamos naquelas narrativas, Senhor Deputado permita, Norte-Coreanas, em que de repente, no dia em que este executivo tomou posse, do céu nasceu uma estrela que colocou todo aquele mar de areia obstaculizando a saída do Ferry e fazendo com que ali surgisse uma duna que provavelmente veio dos caldeirões. Mas, não foi assim, e só para se ter uma ideia; em 2013 o Ferry deixou de fazer mil duzentas e setenta e seis viagens. Fui eu que mandei parar o Ferry? Como diria o Scolari, e o “burro sou eu”?

Em junho de 2013 o Ferry parou 19 manhãs e 15 tardes. Em julho de 2013, o Ferry parou 19 manhãs e 18 tardes. Em agosto de 2013 o Ferry parou 21 manhãs e 18 tardes. E perguntou novamente se o Ferry parou por causa dele? Meus senhores há temas para muita divergência e ainda bem que é assim mas meus senhores neste tema sejamos justos. Podemos dizer que o Presidente não esta a resolver tudo nem que foi alcançada a solução perfeita mas dizer que o problema do Ferry é um problema que surgiu com este executivo e que nos criamos este problema é muito mais difícil de perceber isso, a não ser se for numa narrativa Norte-Coreana.

**O Senhor Presidente da Mesa**, deu a palavra à Senhora Deputada Júlia Paula.





## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa por lhe ter dado este tempo, de seguida saudou todos os presentes e disse que não era para fazer esta interpelação à mesa mas viu-se na obrigação de o fazer uma vez que a bancada do PSD tem o cuidado de quando alguém está a falar não fazer comentários nem observações, coisa que não se verifica nem se verificou na intervenção do Senhor Doutor Rui Taxa. O Senhor Doutor Rui Taxa estava a falar e era audível comentários, risos, etc., e não se ouviu nesta sala rigorosamente ninguém dizer nada, mantendo-nos calados. Chamou também à atenção sobre disposição da sala, pelo facto de estar o púlpito junto dos Deputados, e não a podem inibir como Deputada de trocar impressões com os seus colegas de bancada. Disse que o faz, e que tem todo o direito de o fazer desde que não seja desrespeitosa, pelo que o Senhor Presidente foi indelicado da forma como se dirigiu a ela, uma vez que não estava a falar da intervenção dele, estava a falar com um seu colega e se fez alguma nota ou algum comentário tem o direito de o fazer, não o fez de forma audível, não o fez de forma desrespeitosa e não tem culpa que tenham que usar da palavra praticamente em cima deles. Isso não é uma questão de responsabilidade da sua bancada, é da responsabilidade e da forma como escolheram a disposição da sala e se não é o sítio para colocar o púlpito, reconhece que a culpa não é sua. Desta forma, não admite este tipo de atitude e a forma como o Senhor Presidente se dirigiu a ela, uma vez que tem o direito de tomar as notas que entender desde que não seja audível. Disse ainda que aquilo que fazem geralmente em termos de bancada do PSD em nada se assemelha comparando-se com o comportamento da bancada do PS, nomeadamente aquando da intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa.

A Senhora Deputada disse de seguida que iria usar a figura do regimento do art.º 28 para solicitar um esclarecimento em relação à intervenção da Deputada Sónia que a subscreve na medida em que referiu a algumas obras importantes e também algumas referências que o Senhor Presidente fez no uso da sua palavra. Perguntou, relativamente às duas obras que foram referidas, "Parque de



## Assembleia Municipal de Caminha

Estacionamento” e “Duna dos Caldeirões, quem é o responsável, entidade adjudicante dessa empreitada.

Relativamente à intervenção sobre Vilar de Mouros, disse a Senhora Deputada que, quem tem uma grande capacidade de vir a esta Assembleia desvirtuar o passado e iludir os Caminhenses é o Senhor Presidente da Câmara porque tentou aqui branquear os oito anos em que o Partido Socialista decidiu que não fazia Vilar de Mouros. O PSD não fez o Festival de Vilar de Mouros, e explicou o porquê, e existe uma razão óbvia para o PSD não querer fazer o Vilar de Mouros, por ele estava a ser feito de ano para ano cada vez mais decadente, mais degradado em termos de marca. Não se estava a preservar a marca do Vilar de Mouros. Porque durante oito anos o Partido Socialista não o realizou, quando ainda era gestão autárquica não o quis fazer, e a bono da intervenção do Senhor Deputado da CDU, foi a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros que entendeu assinar o repto com “Música no Coração” que foi quem lhe quis fazer o Vilar de Mouros, e foi desta forma assinado o contrato para se fazer o Vilar de Mouros, assinado única e exclusivamente pela Junta de Freguesia CDU e pela “Música no Coração”. O Município de Caminha não participou nesse contrato, não assinou esse contrato nem fazia parte da organização do Festival de Vilar de Mouros. E portanto, durante oito anos o Partido Socialista também não realizou o Festival de Vilar de Mouros, não quis assinar o contrato, esta é a verdade, por isso, é que os Senhores Deputados querem branquear, e permita que diga também ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro que não foi assim, que a Junta de Freguesia decidiu unilateralmente entregar o Vilar de Mouros à “Porto Eventos” e tenha rescindido o contrato com a “Musica no Coração”, e só é possível que isto tenha acontecido porque o Município não era dado nem achado. Não fez parte do primeiro contrato, e foi a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros que decidiu que não queria mais fazer o Festival de Vilar de Mouros com a “Musica no Coração” e que a partir daquele momento iria fazê-lo com a “Porto Eventos”, e foi também a Junta de Freguesia da CDU que decidiu rescindir o contrato com a “Porto Eventos”, não foi a Câmara Municipal de Caminha que tomou nenhum tipo de atuação nem decisão





## Assembleia Municipal de Caminha

porque não tinha voto na matéria não tinha participado e para a próxima se os Senhores quiserem trago os contratos. Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros não quis que o Vilar de Mouros se fizesse e isso custou ao Município de Caminha cerca de cinquenta mil euros, rescindir o contrato com o “Porto Eventos”. Disse ainda que uma vez que o Senhor Presidente em campanha disse que tinha o seu projeto para Vilar de Mouros, que depois do seu executivo ser eleito e por lei pode revogar contratos que tenham menos de seis meses se não está em erro, ou um ano no máximo, e se o Senhor Presidente da Câmara tinha o seu projeto para Vilar de Mouros que não era o do PSD e que até os acusava de o estar a copiar, e se havia razões para não fazer o Vilar de Mouros, era precisamente no seu primeiro ano de gestão. Era nesse momento que o Senhor tinha todos os argumentos políticos para não o fazer, e dizia que não fazia o Vilar de Mouros, porque este não era o vosso projeto, porque o projeto é do PSD. Os Senhores fizeram este projeto porque o quiseram e fizeram-no com a “AMA” porque assim o quiseram e alteraram o contrato com a AMA. A responsabilidade deste Festival de Vilar de Mouros que os Senhores fizeram e que o Senhor Presidente apelidou de ano zero é única e exclusivamente da sua responsabilidade. E aquilo que o Senhor aqui disse foi que vamos ter em dois mil e dezasseis um Festival de Vilar de Mouros eleitoralista que é uma palavra que num futuro muito próximo iremos ouvir falar.

O **Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que é estranho que o Senhor Presidente não consiga dizer uma palavra relativamente às questões levantadas pela CDU nomeadamente que plano estratégico tem, que ligações preferenciais tem, e nesta perspetiva de unir Portugal à Galiza, que projeção é que isso traz para o Concelho de Caminha? Em que projetos se envolve de facto, que projetos já se candidatou ou não se candidatou? E que tipo de relações preferenciais de facto



## Assembleia Municipal de Caminha

tem que possam trazer um desenvolvimento económico para nós, munícipes e para o Município de Caminha.

Disse ainda relativamente ao Festival de Vilar de Mouros, e como sabe a Doutora Júlia Paula, por mais estima e consideração que lhe tenha, e por mais elevação que eu queira ter nas palavras, a verdade é que não lhe fica bem e já não é a primeira vez que tenta colar o seu desejo de facto acabar com o Festival de Vilar de Mouros, a uma ação digna, lutadora, frontal, dedicada, da Junta liderada pelo CDU em Vilar de Mouros. E a prova cabal de que vossa excelência realmente nunca quis o Festival de Vilar de Mouros é que teve essa oportunidade, a Câmara Municipal liderada pela Senhora e tinha a Junta de Freguesia liderada pelo PSD e não o fez e isto aconteceu entre 2009 e 2013. E dizer a uma Junta de Freguesia liderada pela CDU, uma Junta que em 1996 relança o Festival de Vilar de Mouros que estava parado desde 1982, que é verdade também o que diz, sozinha, porque na altura o Município de Caminha não se quis associar a ele, é verdade, mas vossa excelência também não se quis associar a ele. Sabe que a Junta de Freguesia, teve que negociar com as empresas em separado porque elas separaram-se e vossa excelência nunca se quis envolver nessa negociação; a Junta de Freguesia chamou-a por diversas vezes, tentou envolver o Município, mas vossa excelência não o quis. E, não o quis porque queria ter o ónus e a honra política numa primeira fase para poder divulgar a sua ação em prol de Vilar de Mouros e quando percebe que não o pode fazer, então aí começa a desistir de Vilar de Mouros e de facto teve interesse em abandonar Vilar de Mouros e deixar a imagem de Vilar de Mouros atingir um nível tão baixo. Posteriormente, tenta de facto encontrar uma solução, permita a expressão “descompensada” em agosto de fazer uma cerimónia, que não percebo como é que interrompem um concerto daqueles para fazer um espetáculo daqueles. Disse então o Senhor Deputado que a Senhora Deputada através do Vice Presidente daquela altura tenta encontrar uma solução que a dignificasse mas que acima de tudo como já toda a gente percebeu que era para tentar conquistar os últimos votos e dessa forma tentar reconquistar a Câmara. Disse por fim que em circunstância alguma nenhum eleito político do Partido Socialista e do Partido





## Assembleia Municipal de Caminha

Social Democrata poderá por linhas travessas culpar a Junta de Freguesia liderada pela CDU, porque se Vilar de Mouros hoje existe, se Vilar de Mouros é hoje aqui discutido, se Vilar de Mouros quer que se ressurgja aqui com a dignidade que realmente sempre foi executado é graças à CDU na liderança da Freguesia de Vilar de Mouros.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima** saudou todos os presentes e perguntou ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro; Quem em 1996 liderava a Freguesia de Vilar de Mouros? Se é que sabe responder? Porque de certeza que não sabe.

O **Senhor Presidente da Mesa** como se trata de uma resposta rápida, excecionalmente dá a palavra ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que acabou de dizer que em 1996 fizeram ressurgir o Festival de Vilar de Mouros. É Claro, que era a CDU que estava a liderar a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro que com o mesmo carinho, com o mesmo respeito lhe faz este pedido de esclarecimento. E disse que, quem o ouviu aqui falar até parece que entre 2002 e 2005 não houve Festival de Vilar de Mouros. E perguntou ao Senhor Deputado se, Houve ou não houve Festival de Vilar de Mouros entre 2002 e 2005? E, foram ou não foram festivais de qualidade?

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

### 3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara



## Assembleia Municipal de Caminha

### sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção, apresentado um Power Point:

“Ao longo do ano de 2014 e, na última Assembleia Municipal já tínhamos concluído que o Município de Caminha se encontra numa situação financeira de extrema e grave debilidade, e, mais uma vez após análise dos documentos anexos a este ponto da ordem do dia, maior certeza tem a bancada do PSD, e como se pode verificar a situação financeira reportada a 09 de fevereiro de 2015, existiam faturas por pagar num valor de 805.937,99 €; em 01 de abril de 2015, existem faturas por pagar num valor de 3.214.891,55 €. Se na Assembleia de Fevereiro, estranhámos o facto de apenas existirem faturas por pagar no valor de 805 000 mil euros e, em 2/12/2014, as faturas não pagas eram de 2,5 Milhões de euros, conclui-se que o diário de tesouraria fornecido omitiu faturas que não estavam pagas.

É que à data de 01/04/2015 existem faturas por pagar no valor de 3,2 Milhões de euros.

Isto é caso para dizer Exmo. Sr. Presidente, apesar dos números alcançados em 2014 a situação financeira da autarquia cito “é ainda muito grave” fim de citação.

Esta sua afirmação está errada!

Herdou uma Câmara, com uma situação financeira equilibrada, e agora sim, transformou-a numa situação financeira muito grave!

Para quem herdou 2 milhões de euros, ter em Fevereiro 9 000€ e em Abril 270 000 euros em dinheiro disponível, é no mínimo desastroso!

Contraiu um empréstimo de 1 Milhão de euros, autorizado na Assembleia Municipal de Dezembro, que serviu para o cálculo dos fundos disponíveis do mês de fevereiro, e permitiu com esse produto do empréstimo de Um Milhão, ter fundos disponíveis positivos de 1.289.855,97€.

A propósito da minha intervenção na última Assembleia Municipal, assistimos à obstinação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, e, conseqüentemente a mais uma peça de teatro, não fosse este o palco do Valadares.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Mentira, mentira, mentira...

Digo-lhe Sr. Presidente que, desfaçatez e insulto está V. Exa., a fazer à nossa inteligência

Se não, e, a título de exemplo:

Repare como V. Exa., joga com os números e com as encenações:

- Como se comprova pelo quadro seguinte e como V.Exa., afirmou várias vezes, o Senhor:

- Joga com os prazos;
- Joga com o ano de contabilização das faturas;
- paga a quem quer e quando quer;
- E sobretudo não cumpre a Lei dos Compromissos porque contrata os serviços sem os procedimentos prévios e não paga a todos os fornecedores a 90 dias como a lei impõe:

Senão Vejamos:

Descrição da dívida:

- Programa Terra a Terra, da TSF - promoção do Concelho, fatura emitida em 23 de janeiro de 2015, Credor: TSF Radio notícias, SA, edição de 13 de dezembro de 2014 no valor de 3.837,60€;
- Produção do Festival Ibérico de Folclore em VPA, Caminha, Lanhelas e Riba de Âncora, fatura emitida em 03 de fevereiro de 2015, Credor: Grupo musical Arco IRIS, Evento ocorrido entre 14 a 17 agosto 2014, no valor de 5.412,00€;
- 3 Quartos duplos p/grupo "pé na Terra" outubro é música, fatura emitida em 30 de dezembro de 2014, Credor: Hotel Meira, evento ocorrido em 25 de outubro de 2014, no valor de 150.00€;
- Serviço Segurança Caminha ao Piano, fatura emitida em 20 de janeiro de 2015, Credor: Integral serviços integrais de segurança, evento ocorrido em 14 de agosto de 2014, no valor de 4.306,22€;
- Serviço Segurança arte na leira, fatura emitida em 20 de janeiro de 2015, Credor: Integral serviços integrais de segurança, evento ocorrido em julho 2014, no valor de 166,05€;



## Assembleia Municipal de Caminha

- Serviço Segurança para eventos, fatura emitida em 20 de janeiro de 2015, Credor: Integral serviços integrais de segurança, evento ocorrido em agosto 2014, no valor de 1.125,45€;
- Fornecimento refeições equipa "Somos Portugal" fatura emitida em 26 de fevereiro de 2015, Credor: Restaurante Primavera, evento ocorrido em 22 de junho de 2014, no valor de 4.275,00€;
- Jantares Equipa Verão Total RTP, fatura emitida em 17 de fevereiro de 2015, Credor: Restaurante Primavera, evento ocorrido em 30 de julho de 2014, no valor de 1.440,00€;
- Aluguer tenda para Grande Trail Serra D'Arga, fatura emitida em 23 de janeiro de 2015, Credor: Telfor comércio de têxteis, evento ocorrido em 27 e 28 de setembro de 2014, no valor de 1.635,90€;

Faturas emitidas a mais de seis meses após da realização dos eventos.

Os atos falam por si, e a verdade é que o Senhor só diz: mentiras, mentiras e mais mentiras!

Diz o Senhor Presidente reiteradamente que as suas contas são transparentes."

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que a sua intervenção prendesse com a limpeza do cais de Santa Rita de Cassia do Ferry Boat, e em resposta às acusações proferidas pelo Senhor Presidente nesta Assembleia, quando disse que o anterior executivo do PSD é que não fez as contas e as deixou prescrever, recorda o Sr. Presidente da Câmara que se calhar não sabe porque não estava cá, estava na sua vida, isto não é uma critica, e portanto não acompanhou este dossier da maneira mais correta. A Senhora Deputada disse que quando o seu executivo chegou à Câmara de Caminha nem reconciliações bancárias que eram obrigatórias por lei se faziam, quanto mais as contas do ferry. E disse que quando iniciaram funções já com a "era" do euro, e ainda bem, porque senão viriam também acusar-nos de que o saco de plástico que encontrámos com escudos e pesetas, no montante de 14 mil euros depois de trocados pelo Banco de Portugal, aquando da mudança de edifício, também seria responsabilidade nossa.





## Assembleia Municipal de Caminha

Ou seja, nós herdámos este estado de coisas! Herdámos as contas por fazer! E os Senhores herdaram as contas feitas.

Disse ainda que as registaram em 2010, precisamente quando La Guardia assumiu o acordo e a responsabilidade de as pagar! Acordo que nunca cumpriu, não obstante a nossa pressão, e que nos obrigou a intentar a Ação Judicial para garantir e salvaguardar os interesses do Município de Caminha!

O Senhor não pode vir dizer que defendeu melhor os interesses da Câmara Municipal de Caminha do que eu, porque não os defendeu, porque quando chegamos à Câmara de Caminha nem reconciliações bancárias se faziam quanto mais contas do Ferry.

Relativamente às dragagens. O Senhor Presidente sabe que também fomos nós que herdámos o “escarro” e atentado ambiental, do estaleiro de areia na nossa margem da Marginal de Caminha. Não era na margem de La Guardia era na margem de Caminha e portanto passávamos ali e turisticamente era lindíssimo ver aquela draga, e não só, ver os camiões de areia para cá e para lá, nos estaleiros era areia em todo o lado porque já não sabíamos o que fazer com tanta areia, porque não se podia vender, e este foi o negócio que herdamos.

Disse o Senhor Deputado e muito bem que o pai do Ferry é o Partido Socialista e é mesmo. E nós herdamos-lo. Mas nós nunca paramos o Ferry. Disse também o Senhor Deputado que tinha dito aos funcionários que ia parar o Ferry, e qual é problema, era o que mais faltava, que na minha gestão não tivesse o direito de avaliar com os funcionários se era melhor ou não dar continuidade a um projeto e a um negócio que era absolutamente ruinoso. Isto mostra exatamente o contrário do que o Senhor me tem acusado, de falta de transparência, isto vem provar, que falava com os funcionários antes de tomar decisões, até ouvia a opinião deles, demonstrava o que estava a pensar e até gostava de saber o que eles pensavam acerca assunto, e até poderia ter a intenção, e tinha toda a legitimidade para o fazer mas o que é real, é que não parei o Ferry. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente, em campanha eleitoral disse que o Ferry tinha que navegar porque era muito importante esta ligação transfronteiriça para o interesse



## Assembleia Municipal de Caminha

de ambas as economias, e foi o Senhor que o parou! E parou-o porquê? Parou-o porque viu logo como nós o negócio desastroso que era unilateralmente assumir o negócio das dragagens da areia. E pergunto aos caminhenses que nos estão a ouvir, se acham justo que seja o Município de Caminha a suportar unilateralmente as despesas das dragagens? Perguntou também com quanto participou o Município de La Guardia nestas dragagens?

A Senhora Deputada disse ainda que se acham justo que o Senhor Presidente da Câmara aproveite a vinda de um membro do Governo para reivindicar que o Governo Português ajude e participe nas dragagens, e aonde é que está o Governo Espanhol a participar estas dragagens? Disse ainda que foi o Senhor Presidente que decidiu que não queria que o Ferry navegasse com as marés, que foi o Senhor Presidente que decidiu fazer as dragagens, que quis pagar 100 mil euros pelas dragagens que não resultaram, e decidiu pô-lo agora a navegar com as marés que era o que já faziam. Disse também que foi o Senhor Presidente que disse que parou x manhãs; as manhãs que parou foi porque navegou de tarde por causa da maré e quando parou à tarde, foi quando a maré permitiu navegar de manhã, e o Senhor ainda fez mais, isentou o pagamento de bilhetes das pessoas que passam daqui para o outro lado, o que significa que o Município de Caminha está a suportar unilateralmente a isenção de bilhetes que leva turistas para a Galiza e ainda convida o seu congénere que não paga, para uma espécie de inauguração do Ferry.

Para terminar a Senhora Deputada disse que o Senhor Presidente o que está a fazer na prática é a transportar turistas a custo zero para La Guardia, que não tem estratégia para o ferry, e que quilo que o Senhor Presidente fez, foi pô-lo a navegar exatamente como estava, só que com uma diferença, com custos unilateralmente para o Município de Caminha.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que quando aqui estivemos em fevereiro tínhamos uma informação de que como encargos assumidos e não pagos a quantia de 805 mil euros, isto é, faturação não paga. Hoje, nesta Assembleia





## Assembleia Municipal de Caminha

Municipal temos encargos assumidos e não pagos 3 milhões 14 mil e mais uns trocos, faturação não paga. De esta faturação que aqui está não é tudo de 2015, cerca de 60% desta faturação pertence a 2014, pelo que deveria estar nas contas de 2014 e não esta. Significa que o Município de Caminha apresenta um saldo negativo na sua prestação de contas logo na primeira página de 1 milhão 607 mil e mais uns trocos. Mas fá-lo de uma forma um tanto envergonhada. Resultado líquido do exercício, o valor de euros de menos 1 milhão, isto é, não lhe chama prejuízo. Se somarmos 1 milhão 700 mil de dívida que tem a Câmara de Caminha aos 60% destes 3 milhões de euros que tem por pagar, dá um total de 3,5 milhões de euros. E, por conseguinte, a dívida da Câmara não é 1 milhão mas sim 3,5 milhões de euros. E mais com uma agravante é que não estão aqui as faturas todas. Existem uma série de faturas que ainda estão por serem introduzidas neste documento que virão nas próximas Assembleias Municipais e de quanto é esse valor? 100 mil, 200 mil, 1 milhão, 2 milhões não sabemos. Mas deixe-vos só ficar esta alerta para todos os Caminhenses saberem, Caminha não tem uma dívida, nem tem um saldo negativo de 1,7 milhão, no mínimo tem três milhões e meio, para que se saiba.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que aquilo que se está a analisar quer a informação escrita, quer a informação financeira, trata-se uma fotografia muito concreta de um tempo concreto. A análise das contas de faturação que temos tem a ver precisamente, com uma determinada realidade num determinado momento e que tem relação direta naturalmente, com a entrada de receita na Câmara Municipal. E como devem imaginar e como saberá o comum dos mortais, a entrada de receita na Câmara Municipal não é igual todos os meses. Deriva, há momentos de entrada maior e há momentos de entrada menor. E desse ponto de vista, aquilo que é análise e que é a intervenção que a Câmara Municipal faz, conduz a um determinado momento, existe mais capacidade financeira, pagámos; quando existe menos, temos que naturalmente condicionar esse pagamento. E neste momento na Câmara Municipal em termos de pagamento de faturas em atraso é de oito mil



## Assembleia Municipal de Caminha

euros. E para que entendamos isto, é preciso que os Senhores Vereados e os Senhores Deputados tenham o cuidado de ler a Lei porque é isso que nós fazemos. É que acabou o tempo em que não se cumpria a Lei. Agora cumprimos a Lei dos Fundos Disponíveis o que antes não o faziam. E por exemplo quando chegamos à Câmara Municipal violava-se a Lei dos Compromissos em 3,8 milhões de compromissos assumidos de forma ilegal, e isso acabou. Pasmam-se muito os Senhores Deputados neste exercício de análise ter-se três milhões de faturas por pagar. O Senhor Presidente reafirmou que em termos de pagamentos em atraso estamos a falar de oito mil euros. Destes três milhões de faturas por pagar é um número que nós gostávamos de descer e vamos descendo. Mas por exemplo, quando chegamos a Câmara tínhamos 4,6 milhões de faturas por pagar. Estamos a fazer o nosso trabalho, em vez de 4,6 milhões de faturas por pagar temos pouco mais de 3 milhões por pagar, ainda no prazo de pagamento. Disse ainda que existe aqui uma confusão de números, datas e conceitos que não beneficiam aquilo que é o debate na Assembleia, muito menos aqueles que estão lá fora a ouvir-nos. Relativamente à Senhora Deputada Júlia Paula, o Senhor Presidente disse que normalmente é crítico com a Senhora Deputada mas gostava de sublinhar o reconhecimento da sua posição em relação ao Ferry. Reconhecendo aqui que, foi sua opção política acabar com ferry, que o Ferry é um negócio ruinoso para o Concelho de Caminha, mas deveria a Senhora Deputada debater isso com os colegas Deputados, porque temos aqui um Deputado que particularmente desde o início da legislatura está a pedir em todas as Assembleias, recorrentemente e com o mesmo discurso que recuperemos este negócio ruinoso, como diz a senhora Deputada. Pelo menos temos um reconhecimento, a Senhora Deputada reconheceu e de facto, que o ferry era para acabar que era ruinoso para o Concelho de Caminha. Disse ainda que este executivo, pensa o contrário e a maioria dos caminhenses também pensa o contrário. Disse também a Senhora Deputada Júlia Paula numa forma condescendência pouco verdadeira diz que eu não conheço o início do processo porque eu não estava cá, mas antes estava, e a Senhora Deputada não estava, estive muito tempo aqui e ao longo do tempo fui





## Assembleia Municipal de Caminha

percebendo a importância do Ferry Boat aqui para o Concelho de Caminha. E disse que ao longo dos anos, o Ferry chegou a vender 150 mil bilhetes que eram vendidos do lado de cá e do lado de lá, em alguns momentos vendem-se mais bilhetes de Caminha para La Guardia e vice-versa, portanto existe algum equilíbrio e penso que nós devemos aproveitar a capacidade de atrair gente do outro lado para vir a Caminha e que injetamos diretamente na Vila de Caminha. Disse também que as pessoas que passam para o lado de lá dispersam-se mais, pela costa, Santa Tecla, e alguns para La Guardia. Quando passam para cá, é natural que alguns se dispersem, mas muitos entram diretamente na economia da Vila de Caminha e nós queremos aproveitar esses 70 mil que em momentos quando se apostava no Ferry, quando se acreditava no Ferry, as coisas funcionavam. Depois, foi-se abandonando o Ferry, quando chegamos dos 150 mil bilhetes estávamos só a falar dos 40 mil bilhetes por ano, esse negócio que é um negócio patrocinado e acarinhado pelo PSD sim é um negócio ruinoso com 40 mil passageiros por ano é ruinoso. Mas, se é verdade que em determinado momento La Guardia fez um acordo com o Município de Caminha, não é menos verdade que no momento anterior, anos a fio, em que em Caminha estava um Governo de Direita e que curiosamente em La Guardia, governo de direita era, ninguém quis saber de dívida cobrar, nunca se questionou, nunca se quis saber, depois sim quis-se saber, fez-se um acordo, logo a seguir, mete-se uma ação judicial. Com a Senhora Presidente da Câmara que me antecedeu La Guardia poderia não pagar, são estratégias processuais, meteram-lhe um processo, queriam pagar dois milhões e tal e La Guardia não queria pagar. Com este executivo La Guardia está a pagar e já pagaram anos inteiros, com o novo acordo estão a pagar. Agora o que eles não querem pagar, legitimamente tem a sua posição em processo, e prescreve a dívida porque dizem que Caminha durante anos a fio não lhes pediu para pagar. Vamos ver quem é que tem razão. Essa parte do processo naturalmente terá que ser decidida pelo Senhor Juiz que tomará uma decisão em primeira instância e depois veremos como o processo acaba. Se acham justo que Caminha faça ou não o seu trabalho? Pois acho que as pessoas do Concelho de Caminha o que querem deste



## Assembleia Municipal de Caminha

executivo é que faça precisamente o seu trabalho. Mantereí a minha exigência e a minha palavra, que é a seguinte: Não é possível manter a embarcação, o cais de atracação, todo o canal do rio Minho sem que os dois Governos possam de facto tomar as rédeas relativamente a essa matéria. É preciso do lado de cá cuidar do desassoreamento da foz do Rio Coura, vejam como ele está nos momentos de baixa maré, é preciso tratar da limpeza quer no cais de atracação quer na saída do próprio canal de navegação. Do lado de lá é também preciso que se faça essa limpeza e esse trabalho tem que ser um trabalho que exigimos aos dois Governos. Nós fazemos o nosso trabalho mas tivemos que analisar as nossas opções. Ou dávamos continuidade à política do PSD de acabar com o Ferry e deixar acumular aquele monte de areia, ou metíamos mão à massa e é isso que estamos a fazer em resolver o problema da areia. E se hoje estamos a investir sozinhos, porque do outro lado não quiseram e não tiveram capacidade para investir mas tínhamos que tomar uma decisão. E nós avançamos, e por isso é que vamos condicionar esta ação. O facto da receita de bilheteira total do lado de cá e do lado de lá financiar esta matéria do Ferry Boat. É isto que estamos a fazer, resolver problemas que outros criaram. E para quem diz que estamos sempre a falar do passado devo dizer que estar a falar de há catorze anos atrás sobre o que encontraram ou não encontraram em determinados sacos de plástico da Câmara Municipal, deixa para mim uma nota de saudosismos que não augura em nada de bom para o futuro do PSD.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, solicitou um pedido de esclarecimento, e vai no sentido do segundo slide que apresentou e disse que não inventou números nem aqueles dados caíram do céu, foram retirados meia dúzia de exemplos que da documentação que foi entregue para este ponto. Constam efetivamente faturas por pagar de eventos que ocorreram no mês de junho, julho e agosto do ano 2014. Considera que o Senhor Presidente não a esclareceu sobre o que se está a passar. E o mais grave disto tudo é que são com fornecedores aqui do Concelho de Caminha, o que torna muito grave. Disse que indicou meia dúzia de exemplos





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

mas que poderia indicar um número vasto porque se leu tão bem quanto eu a documentação, consta tudo lá. Agradecia ver este pedido de esclarecimento esclarecido.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, solicitou um pedido de esclarecimento e disse que na sua intervenção foi bem clara, quando disse que ainda bem que foi eleita na era do euro porque na mudança de um edifício para outro encontraram um saco de dinheiro contendo escudos e pesetas, e aquilo que queria dizer é que um saco com escudos e pesetas nada tinha a ver com a sua gestão, pelo que gostava que o Senhor Presidente esclarecesse aquilo que ele quis dizer, quando aqui proferiu que encontrar um saco com dinheiro que nau gorava em nada de bom para o futuro do PSD.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que ia ler a pedido da sua secretária o art.º 28 (Pedidos de esclarecimento) do Regimento, que diz: O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida. De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que ia ser rápido e conciso e disse a Senhora Deputada Lilita que aquilo que se está a fazer é a pagar contas, dividas e a pagar aos nossos fornecedores, acrescentando que só nos últimos dois meses de 2013 pagou-se cerca de meio milhão de euros de dividas que não as assumiram e que não estavam pagas e que foram também pagas a fornecedores do Concelho de Caminha.

Relativamente à Senhora Deputada Júlia Paula disse que não foi ele que falou em sacos com dinheiro e que mais uma vez a Senhora Deputada estava a recorrer ao passado para justificar ações. Só que esse tempo de purgatório de doze anos já deve ter purificado, está na altura de assumir as suas responsabilidades, portanto não posso esclarecer aquilo que a Senhora Deputada aqui levantou. Quanto a essa matéria de sacos, só dá para colocar a viola no mesmo.



## Assembleia Municipal de Caminha

### b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 20 de Fevereiro 2015

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 20 de fevereiro 2015”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou todos os presentes e de seguida deu início à sua intervenção:

“Vem por este meio o Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha apresentar um Voto de Protesto escrito pelas palavras e atitude proferidas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha na Assembleia Municipal de Fevereiro de 2015, à nossa Deputada Municipal Lilita Gonçalves, quando esta estava no uso da palavra, assim como ao nosso Grupo político.

Por mais ameaças diretas ou veladas, por mais coação psicológica que nos façam, nunca nos intimidaremos, nunca, mas nunca deixaremos de dizer a nossa opinião e verdade sobre os factos, sobretudo agora, que as contas vem demonstrar que a nossa Deputada tinha razão e, quando muitos se esquecem que vivemos há 41 anos num regime democrático e livre com liberdade de expressão.

Não podemos deixar de apresentar um forte e veemente protesto pela postura pouco própria, diria desacuada da função e do cargo que ocupa o Exmo. Senhor Presidente da Câmara com gestos pouco próprios, principalmente quando Senhoras Deputadas estão no uso da palavra.

O facto de o Senhor Presidente da Câmara não concordar ou gostar do que ouve nas diversas intervenções, não lhe dá o direito de as desvirtuar e interferir com gestos e risos menos próprios.

Não estamos na Escola! E embora a sessão decorra num Teatro, também não estamos num Teatro!

Estamos numa sessão séria e a ser transmitida e vista por quem nos elegeu.





## Assembleia Municipal de Caminha

Exigimos respeito, exigimos educação.”

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que esta intervenção nada tem a ver com a ata, tem sim, sobre um debate que está lá na ata e que aconteceu no passado, e disse que alguns Senhores Deputados do PSD ainda não perceberam que o tempo mudou, coação e ameaças não é com este executivo, que fique bem claro. O tempo da coação e ameaças era outro tempo, era um tempo em que nesta Assembleia a Senhora Presidente da Câmara decidia quem intervinha quanto tempo intervinha, mandava calar, mandava falar. Esse tempo já não acontece. Agora, posso fazer uma expressão de aprovação ou de rejeição. Confesso que, normalmente quando falam os Senhores Deputados do PSD é de rejeição. Mas, não falto ao respeito a ninguém muito menos ameaço. Não ando a coagir ninguém, não chego ao meu primeiro dia de mandato e chamo todos os funcionários para apontar o dedo a uma funcionária para a queimar em frente a toda a gente. Não chego à Câmara a perseguir pessoas, pessoas que pensam diferente. Esse tempo acabou. Este é um outro tempo, um tempo em que as pessoas são livres de falar mesmo que não goste e muitas vezes não gosto. Mas podem falar, podem intervir, agora, é um novo tempo em que os partidos na Assembleia Municipal falam na sessão solene da Assembleia. Agora ninguém tem medo, agora não há caça, não à caça do predador dos pensamentos de alguém. E, portanto, coação e ameaça não tem a ver com este executivo. Coação e ameaça vai estar na ata desta Assembleia na boca do Senhor Deputado Rui Taxa e que bem que fica no grupo onde está incluído.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** solicitou um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Mesa, na medida em que está com imensas dúvidas sobre condução dos trabalhos. Não sabe a que título o Senhor Presidente da Câmara falou e também não sabe se de facto o teor daquilo que foi dito se enquadrava no ponto da ordem de trabalhos. Pelo que solicita que o esclareça.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, informou o Senhor Deputado que lhe compete a ele como Presidente decidir a condução dos trabalhos.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse que esta intervenção se prende com a defesa da honra. E disse que vai ignorar os comentários desastrosos, deselegantes que o Senhor Presidente da Câmara aqui proferiu, e faz questão de que constem em ata para pensar seriamente o que vai fazer. Porque aquilo que aqui foi dito é grave. Porque o Senhor Presidente proferiu uma acusação gravíssima que atinge honra precisamente de quem não está aqui para se poder defender. Disse ainda que foi Presidente da Câmara doze anos e no exercício das suas funções de Presidente da Câmara conheceram pelo menos três Presidentes diferentes da Assembleia Municipal; um eleito pela CDU e dois eleitos pelo PSD, o Senhor Abílio Silva e o Senhor Francisco Sampaio. E desculpe Senhor Presidente, vir aqui dizer que a Presidente de Câmara nas suas funções mandava calar, mandava falar, neste órgão onde os Presidentes tinham as suas funções e as suas competências, no mínimo é arrogante, desastroso e não admito esse tipo de declarações sem resposta, precisamente porque não estão aqui as pessoas para se defender. Quanto aquilo que o Senhor Presidente proferiu da defesa de uma pessoa naturalmente que irá analisar o conteúdo da próxima ata e tomará as devidas decisões.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0





## Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

### c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2014

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de abril de dois mil e quinze, relativa ao **“Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2014”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2014”.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** deu início a sua intervenção com a apresentação de Power Point e disse:

“ Que para que este ponto do exercício de Prestação de Contas seja esclarecedor à um ponto para nós fundamental que é a forma como as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora foram contabilizadas, 5 milhões da sua construção, no ano 2013 uma dívida de curto prazo e no ano 2014 uma dívida de médio/longo prazo, podendo se verificar no balanço.

As Piscinas de Vila Praia de Âncora em 2013 o Senhor Presidente decidiu contabiliza-la indevidamente como sendo dívida a Curto Prazo! Indevidamente porque é uma dívida a ser paga em 23 anos! Em 2014 o Senhor Presidente contabilizou-a como sendo dívida a Medio e Longo Prazo.

Em 2013 o Senhor Presidente considerou indevidamente a dívida das piscinas a Curto Prazo e martelou as contas! Desta forma o Senhor inventou uma dívida de 9 Milhões e somou à dívida real de 4,9Milhões constante no seu relatório de auditoria



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

de 31/10/2014, o valor de 5 Milhões, com esta manobra o Senhor Presidente inflacionou/empolou a dívida do Município para 9 Milhões.

Contabilisticamente, trata de maneira diferente em dois anos seguidos a mesma verba, para influenciar o resultado! Porquê esta alteração Senhor Presidente? A resposta é óbvia: É conveniente para explicar a poupança.

Vamos agora falar no prejuízo das contas:

No ano 2013, 900mil euros, prejuízo explicado pela amortização de 260 mil euros piscinas e 600 mil euros de subsídio de férias e natal, ordenados pelo Tribunal de Constitucional. No ano 2014, 1 milhão e 700 mil euros, não é nem referido nem explicado no relatório. Porquê? Poderá ver-se na demonstração de resultados. Porque quer fazer dele um tabu. Quer escondê-lo! Não quer falar dele? As contas dos últimos anos mostram que: no ano 2012, lucro de 2 milhões; em 2013 prejuízo de 918 mil euros; em 2014 prejuízo de 1 milhão e 700 mil euros.

A redução do investimento, diga-se, investimento efetivamente executado em 2013 3 milhões 453 mil, em 2014, 2 milhões 472 mil, como se pode verificar na página 18 do relatório de Prestação de Contas, investiu-se menos 1 milhão de euros.

Menos investimento: E são as suas próprias afirmações que o confirmam, quando assume que o investimento reduziu porque receberam menos fundos comunitários. Claro que reduziram os fundos comunitários! Pois se o Senhor não fez obra, não apresentou candidaturas: à medida que as obras que deixámos em execução foram sendo concluídas logicamente reduziram as receitas relativas aos fundos comunitários.

Aliás do investimento executado, as obras que concluiu foram as que o executivo PSD lhe deixou: o Largo da Estação e Parque de estacionamento, Saneamento de Vila Praia de Âncora, Vile, Riba de Âncora, Moledo, Requalificação dos pavilhões... Mas ainda assim o Senhor diz que poupou em cerca de 3,4Milhões!

Ora vamos então explicar essa pretensa poupança, e comecemos pela água e saneamento:

Temos de recuar ao ano 2012 e 2013, Acordo PAEL- Águas do Noroeste. Houve o acordo com as Águas do Noroeste e houve a adesão ao PAEL no montante de





## Assembleia Municipal de Caminha

2.281.968,63€ para pagar apenas faturas das águas e saneamento, contabilizadas como provisões em 31.12.2012 e pagas através do PAEL em 2013.

Está nas contas de 2013 o mapa das modificações orçamentais que permitem o pagamento, do montante do PAEL, montantes que não há em 2014, daí a ilusão da redução das aquisições de bens e serviços, orçamentais.

Redução na água e saneamento, no ano 2013 se formos à soma da água e saneamento se retirar o PAEL temos um valor efetivo em 2013 de 1.994.933,46 euros. No ano de 2014 se formos à soma das faturas da água e saneamento se retirar as faturas de 2014 por pagar temos um valor efetivo de 2.186.185,76 euros.

Em 2012 foi assinado o acordo com o PAEL. Nos 4,2 milhões, estão incluídas faturas de anos anteriores e não só faturas de 2013! Ninguém de bom senso acreditaria em tamanha discrepância de valores/despesa. Tentou comparar o que não é comparável, como se pode verificar na página 68 do relatório de Prestação de Contas.

Poupança? Como?

Poupança redução do investimento, na água e no saneamento 1.070.675,00€.

Diz V.Exa que poupou, mas de facto o que V.Exa fez com esta manobra contabilística foi esconder um prejuízo real de 1,7milhão de euros! Ora se tivermos em conta ainda, que para além de reduzir o investimento 1 milhão retirou os incentivos à natalidade e reduziu o investimento na Educação em cerca de 60%. Facilmente concluímos o desastre que foi a sua gestão à frente da Câmara de Caminha. Ora, conforme se comprova e demonstra V.Exa não só não poupou como aumentou em despesa!

Aumentou na despesa na Iluminação Pública, Transportes e despesas com pessoal e relativamente ao item "Pessoal" é escandalosa a forma como V.Exa deturpa a realidade. Repete exaustivamente o nº 30 e como se pode ver e comprovar no mapa seguinte o aumento de pessoal foi de 12 trabalhadores e não de 30 como quer o Senhor Presidente fazer acreditar, esta é uma informação retirada do portal autárquico e atualizado em 5/11/2014. E a pergunta que se coloca é a seguinte: Alguém acredita na credibilidade destes números? E a



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

conclusão que se impõe é que esta prestação de contas é uma verdadeira armadilha política.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que teria algumas considerações a fazer sobre este ponto da ordem de trabalhos. Não obstante e com o avançar da hora, eu gostaria de continuar a ouvir o arrazoado aqui do PSD porque vamos ter mais alguma diversão durante esta Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que a Senhora Deputada Lilita Gonçalves, falou numa série de circunstâncias, mas não falou realmente em dados concretos da poupança que aqui estão. Por exemplo, compromissos por pagar 2014/2015, 3 milhões 568 mil 897 euros; no ano anterior 2013/2014, no ano em que deixou de governar o PSD, 4 milhões 858 mil. Ou seja, agora, há menos cerca de 27 por cento de compromissos por pagar, o que significa uma redução de cerca de 1 milhão e 300 mil euros. Vamos a outras situações se calhar com menor impacto mas que também são verdadeiras. Animação cultural. Sabe quais são os números? Já viu? em animação cultural em 2013 gastaram-se 559 mil 830, em 2014, 463 mil, sabe o que é que é? São menos 22%; em gasóleo combustíveis, em 2014 125 mil, em 2013, no último ano do mandato do PSD, 178 mil menos 30%; deslocações, estadas menos 88%, não são números de grandeza importante mas há realmente uma redução; em onerários, avençados, advogados 147 mil 496 no ano de 2013, 59 mil 82 no ano de 2014; publicidade e propaganda, uma redução de 50% dos números que aí estão, 158 mil 196 em 2013, 80 mil 271 em 2014; trabalhos especializados, 204 mil 729 em 2013, 170 mil em 2014. São tudo reduções, são tudo efetivamente poupanças, despesas que a Câmara Municipal não fez e que justificam efetivamente esta redução na despesa. É primeira vez, nos últimos cinco anos, que existe redução, ou o nível de despesa é equivalente, ou o nível de receita é superior até ligeiramente ao montante da despesa nos últimos cinco anos. Portanto, foi isto que aconteceu, e a verdade é que realmente isto também se fez, não obstante de ter havido uma redução dos impostos municipais,





## Assembleia Municipal de Caminha

aqueles que o município pode decidir, isto é, dos impostos sobre as pessoas, encontra ciclo com aquilo que faz o Governo do PSD a nível nacional, que obviamente nos estanca nos blinda com um conjunto de tributos que não vale a pena estar aqui a qualificá-los, pois todos nós sabemos. Efetivamente, aquilo que se fazem em contraciclo com aquilo que faz o Governo Nacional. Aqui descem impostos, o Governo Nacional sobe os impostos. Portanto, tudo aquilo que se diga ao contrário do que referi é estar a mascarar as coisas. Disse ainda que considera a execução orçamental quer ao nível da despesa quer ao nível da receita é muito apreciável, que aproximadamente 75% quer para uma coisa quer para outra, considera efetivamente que poderá haver condições para num futuro melhorar este score. Disse também que ao contrário do PSD, aqui também já foram falados esses números, que entre 2004 e 2008 sensivelmente contraiu cerca de 8 milhões 300 mil euros de empréstimos bancários e que ainda estamos a pagar. Somos todos nós que estamos a pagar estes empréstimos. Muitos deles continuam por pagar, outros já foram pagos, e este executivo tem feito inevitavelmente um esforço especial no sentido de cumprir com essas obrigações. Este executivo Camarário, foi efetivamente pedir 1 milhão de euros para pagar aquilo que são efetivamente as obrigações decorrentes de ações judiciais desfavoráveis, também deixadas pelo anterior executivo. O anterior executivo recebeu no ano de 2008, 3 milhões e 500 mil euros, da venda na sua participação nas eólicas. Portanto, estamos a falar de quantias relativamente enormes e de receitas que este executivo não tem, pelo que dá ao Senhor Presidente os parabéns pela gestão, rigorosa, transparente e muito consciente daquilo que é o nosso dinheiro.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse que antes de começar a sua intervenção propriamente dita, gostaria de fazer uma referência importante. E disse que a apresentação que aqui a Deputada Lilita Gonçalves fez é uma apresentação baseada nos números e no relatório que foi enviado, foi factual aquilo que ali foi referido.



## Assembleia Municipal de Caminha

A Senhora Deputada disse que o Senhor Presidente tinha referido que tinha recebido muito dinheiro de La Guardia. Disse ainda que se lembra que o Senhor Presidente no PPI previu que ia receber de La Guardia no ano de 2014, 700 mil euros. Deduzo que era isto que ele teria no tal acordo que nunca nos mostrou porque eu é que era a prepotente. Mas, o Senhor Presidente é que não responde a requerimentos de ninguém, nem dá respostas porque se desse nós saberíamos, mas naturalmente no PPI e o Senhor Presidente previu receber do ferry 700 mil euros, mas na página 125 refere claramente que recebeu do Ferry 85 mil 551, 50 euros, foi isto que recebeu de La Guardia, e pergunto: Se é justo que o Município unilateralmente suporte estas despesas, mas mais, o Senhor Presidente é perito em deturpar aquilo que eu aqui refiro. E aquilo que disse Senhor Presidente é que o negócio ruinoso não é o Ferry, o negócio que é ruinoso é as dragagens que o Senhor quis fazer, unilateralmente sem comparticipação, e ainda bem que o Senhor na sua intervenção reconhece que realmente o problema das dragagens era um problema Internacional que, num rio internacional, tinha que ser resolvido pelos dois Governos. E quem assumiu e parou o ferry? Foi o Senhor, porque quis dragar, porque senão tinha o mantido a navegar da mesma maneira que o fiz eu. Disse ainda a Senhora Deputada que poderia começar também por dizer, e recordando aqui a eloquente e teatral intervenção do Senhor Deputado Manuel Falcão, utilizo aqui as expressões, estamos num teatro, e também se calhar foi por isso que chamou teatral e já não é a primeira vez que utilizamos esta forma de expressão. Recordando aqui a eloquente e teatral intervenção do Sr. Deputado Manuel Falcão na Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2014, a págs. 25 e 26 da ata, insinua o Senhor Deputado, que não obstante o recurso ao PAEL o Município não só, não diminuiu a dívida como a aumentou!

Pela apresentação de contas feita que a Deputada Lilita Gonçalves fez e com o que está nos nossos relatórios que claramente é o momento de o demonstrar com documentação feita. Comprova-se que o valor de 2 milhões 300 mil euros serviu única e exclusivamente para pagar faturas de água e saneamento. E tanto assim é





## Assembleia Municipal de Caminha

que, ao contrário do que o Senhor Presidente diz, está pago. Essas faturas foram pagas e constam em 2013 pagas como aqui foi possível ver.

Claro que isto não iria ser nada favorável a V.Exa., a quem dava muito jeito dizer que a Câmara estava falida. E iria ser fácil concluir que no ano de 2013 o executivo do PSD, abateria à dívida de curto prazo 2 milhões e trezentos mil euros e eventualmente iria quase anular o prejuízo se somássemos como já dissemos os subsídios de férias e natal e etc.

Então que fizeram V. Exas., como aqui já foi bem demonstrado e provado!

Acrescentaram à dívida do curto prazo o valor das piscinas que não tinha nada que ser contabilizado, tinha que ser contabilizado era na Caminhaequi, porque o Município de Caminha é sócio da Caminhaequi e é lá que as piscinas tinham que ser contabilizadas, porque apenas temos 49% do capital social mas isto é uma questão que ainda iremos ver e que o tribunal irá avaliar. Naturalmente que já, mandamos para o Tribunal de Contas apurar se realmente quem tinha razão eramos nós que tínhamos que contabilizar as piscinas na Caminhaequi através da sociedade onde elas foram construídas ou se era nas contas da Câmara

Mas quiseram V.Exas., contabilizá-las como médio/longo prazo, mas nas nossas contas contabilizaram-nas como de curto prazo. É claro que isto, influencia o resultado, e então acrescentaram esta dívida a fornecedores como disse o Dr. Manuel Falcão. Disse ainda que para que se fique bem esclarecido que fornecedores é as Águas Noroeste, e apenas usamos o PAEL para pagar as águas. Pelo que fica aqui, provado e agradeço a expressão que o Senhor Deputado Manuel Falcão até prova o contrário, porque o considero uma pessoa honesta de todos os pontos de vista, inclusive político. Pelo que se acaba de provar que o PAEL foi utilizado para pagar faturas das águas, que está nas nossas contas de 2013 e por isso em comparação com as de 2014, acabou-se de ver no Power Point, está no relatório que todos recebemos para que aquele valor serviu, e por isso a discrepância entre o valor de 2013 e 2014 que o Senhor Presidente diz que foi poupança, mas não foi. Foi sim que em 2013 se pagou aquele valor de faturação; esse valor foi completamente absorvido para isso. Disse ainda a



## Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Deputada que este cenário foi bem construído, se tivermos em conta, que estes dados foram fornecidos à ordem dos técnicos oficiais de contas pelo Município. Isto não foi uma verificação que os técnicos de contas quiseram fazer, foi o Município de Caminha que forneceu estes, esta prova que o Senhor veio aqui apresentar nada mais foi do que os dados que o Município quis dar. E o Município quis dar os dados da dívida de curto prazo empolada com os cinco milhões das piscinas, porque se não estivessem os cinco milhões das piscinas iríamos abater os 2 milhões e trezentos do PAEL. Portanto, aquilo que o Senhor Deputado aqui disse com o devido respeito, não é verdade. E tenho a certeza absoluta que o Senhor Deputado não faria aqui um papel que não fosse vir aqui dizer aquilo que acredita que era sensivelmente a verdade. Mas não foi, foi usado e peço desculpa mas tinha que aqui vir esclarecer.

**O Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção;

“Há um ano a esta parte, em sessão nesta mesma assembleia, apreciando o documento de prestação de contas do exercício de 2013, terminamos com alguns exemplos de orientação que deveriam, em nossa opinião, marcar as decisões no ano 2014. E fizemo-lo num apelo claro para que não houvesse a necessidade de hoje estarmos a esgrimir argumentos falaciosos, na certeza de que estes não enriquecem os cofres do município. Dissemos mesmo, nas últimas palavras da nossa intervenção, que o documento de prestação de contas do exercício de 2013 ficaria para sempre como registo da expressão numérica de um mau momento na governação do concelho de Caminha.

Bom, o que traz de novo o documento que agora se apresenta a esta assembleia? Nada melhor que olhar o orçamento de 2014, medido nas suas linhas orientadoras. Defendeu este executivo, que o orçamento de 2014 não evidenciava ainda a mudança estrutural e de visão do executivo, mas daria já sinais de sustentabilidade para o futuro. Isto com um orçamento de aproximadamente 20 milhões de euros, que seria corrigido para os quase de 23 milhões de euros. Dizia mais o executivo na defesa desse orçamento: que era importante para a resolução das dívidas a





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

fornecedores, às freguesias, associações culturais recreativas e desportivas, e demais parceiros do município; não descuidava o desenvolvimento das funções sociais, apoio à educação, cultura, turismo, desporto, atuando no desenvolvimento económico e empreendedorismo; tinha ainda como finalidade trazer o emprego ao concelho; apostava na requalificação e reabilitação urbana, na regeneração do património, colocando-o ao serviço do desenvolvimento económico.

Olhando agora o documento de prestação de contas do exercício de 2014, encerram estes números a projeção política que o orçamento para esse ano perspetivou? São de facto expressão de uma vontade política diferente dos anos em que o PSD liderou o executivo, ou tal como ele, expressam a continuidade, a aposta na manutenção do mesmo, deixando o concelho à deriva, sem norte, sem rumo, refém da vontade única do executivo, sem atender ao interesse comum alicerçado na vontade coletiva? Este é o legado político em construção que futuramente terão que explicar às populações dos Vales do Âncora e Coura-Minho. Quanto às contas, é enfatizado que foi, pelo executivo, o facto de ser este o primeiro documento da exclusiva responsabilidade do executivo liderado pelo PS, já não deverá usar-se a culpa do mau exercício anterior. Sabemos da dificuldade que os exercícios anteriores causam, mas estavam já identificadas as causas e as consequências, de nada valendo a manutenção dos mesmos argumentos. Valorizamos o esforço e o resultado parcelar que coloca a arrecadação de receita superior à despesa, mas não podemos comungar, pela realidade dos números, de uma diferença tão significativa face ao passado. Salientam V. Exas. o decréscimo da despesa, não ignorando que também se fez à custa do investimento, mas são contidos nas palavras no que toca à incapacidade de igualar as receitas às previsões, ficando estas aquém do previsto em cerca de 3 Milhões de euros, sendo de quase 0,5 Milhões de euros de receitas correntes abaixo do previsto. Valorizam a taxa de execução da receita em 75%, mas afinal no ano anterior foi de 74,5%, um valor, se arredondado às unidades, igual. Mais defende o documento que o executivo diminui em mais de 700 mil euros a dívida à banca e fugiu à tentação de contrair empréstimos, ignorando a aprovação de um empréstimo no final do ano,



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

embora para uso em 2015 para fazer face às consequências das decisões judiciais desfavoráveis ao município de Caminha.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, o valor do grau de execução não difere substancialmente dos anos anteriores, exceção feita ao ano de 2011, sendo, como no passado, de cerca de 50%. Isto demonstra, em nosso entender, um problema de gestão política, o que significa que não se encontra grande diferença nesta matéria entre PS e PSD, mesmo que uma parte do problema se possa atribuir à conjuntura. Como sempre temos vindo a defender, PS e PSD esgotaram a sua capacidade de ação no concelho de Caminha e só uma mudança na formação do executivo poderá alterar a situação. O que persiste no município é a estratégia semelhante destes dois partidos, mudando, aparentemente a gestão corrente, mas sem rumo no médio e longo prazo, bem visível no Plano Plurianual de Investimentos. Esta é mesmo a imagem de marca do PS e do PSD que, por estarem esgotados de ideias, fazem das reuniões de câmara e de assembleia municipal um exercício de vazio ruidoso. Este documento é disso exemplo. Pelos números absolutos cria-se espaço para a retórica e para o folclore contabilístico, mas a análise percentual aproxima-os de tal forma que se confundem; mas não deixamos de sentir que neste momento cabia ao PS marcar a diferença. Mas não o faz, e os grandes números provam-no. Os fundos próprios do município remontam aos valores de 2011, o passivo é igual a 2013 e o ativo igual à média entre 2012 e 2013, demonstrando claramente que as contas de 2014 não descolam do passado. O resultado líquido tão pouco abona a favor das contas de 2014, com um valor negativo que supera os 1,5 Milhão de euros. E as despesas com pessoal, sobejamente usadas em diversas situações para confrontar as decisões políticas do anterior executivo, sendo incontornável o seu aumento, o mais importante é que este acréscimo de encargos para o município se traduza em mais e melhor serviço disponibilizado ao cidadão, possibilitando, pela rentabilidade, maior capacidade de arrecadar receita corrente, o que serve até os propósitos deste executivo, que sustenta, em parte, a defesa deste documento, na constatação de um valor de receita corrente superior à despesa corrente.





## Assembleia Municipal de Caminha

Das contas agora em aprovação pode contudo retirar-se lições para o exercício do ano corrente, aproximando a execução do previsto em orçamento, melhorando a saúde financeira do município, que, em nossa entender, não detém ainda a vitalidade necessária e exigida.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que a sua intervenção prendesse com um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Mesa, que leu de imediato:

“Com respeito à alínea C) do Período da Ordem do Dia, Documento da Prestação de Contas do Exercício de 2014, o Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, apresenta o seguinte requerimento:

Os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados enfermam de várias irregularidades e de uma ilegalidade grave que põe em causa a sua apreciação;

1. As irregularidades começam no facto de os documentos estarem paginados "á mão", com rasuras, continuam no facto de não estarem todos devidamente rubricados pelos responsáveis e terminam no facto de conterem e fazer parte dele, um manual de Procedimentos relativo a uma gestão anterior e correspondente a uma estrutura orgânica completamente distinta;
2. Todas estas irregularidades já justificavam sobremaneira o nosso voto desfavorável, mas o mais grave é que os documentos que estamos aqui a apreciar, não correspondem exactamente aos que foram aprovados em Reunião de Câmara de 01 de Abril de 2015;
3. Com efeito as folhas 117 e 118 destes documentos de prestação de contas não coincidem, nem em conteúdo, nem em forma, com as folhas de iguais números dos documentos de prestação de contas aprovados em Reunião de Câmara. Curiosamente os documentos que faltam são ao mapa de contratação administrativa com os contractos com as entidades externas e curiosamente, nem o contrato com os auditores Santos Carvalho e SROC, SA contem;
4. Segundo o artigo 33.º, n.º1, alínea i), da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, passo a citar: "competem à Câmara Municipal elaborar e aprovar as normas de controlo



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

interno (....) e ainda os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal";

5. Todavia, os documentos que estamos aqui a apreciar não correspondem àqueles que foram elaborados e aprovados pela Câmara Municipal e, como tal, não podem ser apreciados e aprovados por esta Assembleia Municipal, pelo que se requer que esta proposta seja retirada;

6. Ora dispõe o artigo 2º, n.º2, alínea l) do nosso Regimento que compete à Assembleia Municipal, apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar ao documento de prestação de contas.

E o nº 3 do mesmo artigo 2º, refere que: não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i), e m) do nº1 e alínea l) do numero anterior sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.

Assim e como compete ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de acordo com o artigo 7º, n.º1 Alínea E) do mesmo Regimento: "Assegurar o cumprimento da Lei e a regularidade das deliberações, o que manifestamente não se verifica com este documento, solicito a V. Exa. que o mesmo seja retirado da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal, por ser ilegal.

No caso de este pedido não ser atendido, desde já manifestamos a nossa firme intenção de votar contra esta proposta por ser manifestamente e completamente ilegal, assim como impugná-la em Tribunal pelas razões atrás invocadas."

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que a sua intervenção prendesse com um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Mesa, que leu de imediato:

"Na verdade, o atual executivo já está em funções há 2 anos e tinha a obrigação de elaborar e apresentar um manual de procedimentos adequado à sua forma de gestão, sobretudo porque teve muita pressa em alterar a orgânica e criar uma nova estrutura orgânica dos serviços da Câmara de Caminha.





## Assembleia Municipal de Caminha

O Manual de Procedimentos, aqui apresentado foi elaborado para outra realidade, outra estrutura orgânica e outra forma de gerir os destinos do concelho, pelo que deverá ser retirada deste documento, por estar desajustado e não corresponder minimamente à gestão praticada por este executivo no ano que passou.

A imagem com que ficamos ao ver estas contas é que nos mandaram uma máquina de lavar roupa com o manual de instruções de uma máquina de lavar loiça, o que reflete bem a atuação deste executivo.

Se no ano de 2013, foi tolerável a sua inclusão, uma vez que a maior parte do ano dizia respeito à nossa gestão, a inclusão deste manual neste documento de apresentação de contas do ao de 2014 é intolerável por conter a minha rubrica e assinatura e exijo que seja dele necessariamente retirado do documento.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que a Senhora Deputada Júlia Paula referiu que as dívidas das piscinas são da Caminhaequei e que não devem ser lançada nas contas do Município. Perguntou o Senhor Deputado, quem é que paga, de facto, aquilo que é os encargos financeiros do Município? Ou seja, quem é que assegura à Caminhaequei os meios necessários para pagar as prestações financeiras?

A **Senhora Deputada Júlia Paula** agradeceu o facto de colocarem mais duas perguntas, uma vez que lhe dão a oportunidade de esclarecer de uma vez por todas.

Senhor Deputado, as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora foram construídas por duas candidaturas que foram chumbadas com recurso a uma parceria pública e privada, o que significa que, é constituída com 49% do Capital Social do Município de Caminha, onde a maioria do Capital Social é do nosso sócio que neste caso é a Caminhaequei. E todos nós percebemos, sendo maioritariamente o capital social do nosso parceiro, o Tribunal de Contas diz que as piscinas são contabilizadas ou qualquer uma outra obra que seja construída são contabilizadas nas contas do sócio maioritária que neste caso é a Caminhaequei.



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao pagamento da renda à Caminhaequi, o Município paga renda pela utilização das instalações. Portanto, aquilo que o Município de Caminha fez, foi lançar as piscinas como dívida de curto prazo em 5 milhões e ainda pôs nas contas do orçamento como custos as rendas que pagamos do Município, o que significa que se pagamos rendas não temos que contabilizar as piscinas. Tal e qual como um Senhorio paga a renda a um proprietário.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, disse que foi levantada a suspeição da realidade dos documentos que aqui estão a ser votados e aqueles que foram aprovados na reunião de Câmara, também nos parece que poderia ter havido esse alerta atempadamente, todos sabem que não temos assento no executivo camarário, que como sabem este apenas integra elementos do PS e do PSD. E na verdade, é que não podemos Senhor Presidente, votar, aprovar ou nem devíamos estar a discutir documentos que não são iguais. Pelo que mais uma vez, tenho dúvidas sobre a condução dos trabalhos, uma vez que o Senhor Presidente já anunciou que vamos passar à votação.

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que não poderia dizer nada acerca do que se tinha passado em reunião de Câmara uma vez que não faz parte do executivo. Disse ainda que este foi o documento que lhe foi apresentado o qual submete à votação.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que é o Senhor Presidente que conduz os trabalhos mas não pode obrigar os eleitos municipais a votar um documento que não condiz com o documento aprovado em reunião de Câmara, uma vez que Lei determina que deve ser um documento que é factualmente igual. Proponho Senhor Presidente que se faça uma interrupção na ordem dos trabalhos, para se averiguar a situação e depois passaremos ou não à votação.





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que ia propor exatamente o mesmo, que se suspendam os trabalhos por cinco minutos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que é Senhor Presidente quem conduz os trabalhos e como tal deve o Senhor achar ou não fazer um intervalo. O que V.Exa. decidir nós estamos aqui para cumprir. Mas uma coisa é certa, o documento que apresentou aqui é da sua responsabilidade. O Senhor tem obrigação de verificar se os documentos são exatamente aqueles que foram votados e discutidos na reunião de Câmara.

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que a responsabilidade é da Assembleia, não dele. Os trabalhos serão interrompidos durante três minutos para chegarem a acordo.

Entendo que a sugestão dos Senhores Deputados Manuel Falcão e Celestino Ribeiro, os líderes, é perfeitamente plausível, pelo que interrompe a reunião e, sem que ninguém sai-a da sala, tem três minutos.

De seguida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretende dar alguma informação sobre este assunto.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que ia chamar as técnicas para verificar se o documento aprovado em Câmara é igual ao que foi enviado uma vez que as páginas em causa estão identificadas.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a paciência dos Senhores Deputados, e declarou suspensa a Sessão da Assembleia, quando eram 02H30M, da madrugada dia 21 de abril de 2015, e disse que continuaria no próximo dia 24 de abril, pelas 21.00horas.

...../.....



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** deu início à continuação da sessão da Assembleia Municipal no dia 24 de abril, pelas 21.00horas.

Informou que não estava presente o Senhor Presidente da União de Freguesias das Argas (Baixo, Cima e S.João), cuja falta foi justificada.

Disse ainda que possuía um ofício enviado pelo Senhor Presidente da Câmara com todos os esclarecimentos das duvidas levantadas, e o qual foi enviado a todos os lideres de bancada que leu de imediato:

“Na sequência da suspensão dos trabalhos da Assembleia Municipal de Caminha na madrugada do dia 21 de Abril de 2015 e das dúvidas levantadas e após ter reunido com os técnicos responsáveis pelas áreas em apreço, venho junto do senhor Presidente esclarecer o seguinte:

O documento de prestação de contas do exercício de 2014 submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Caminha em 20 de Abril de 2015 corresponde, na íntegra, ao documento de prestação de contas do exercício de 2014 aprovado em Reunião de Câmara no passado dia 1 de Abril. De facto, o documento aprovado em Reunião de Câmara foi o documento original, em papel, colocado à disposição dos senhores vereadores antes e durante a Reunião de Câmara para consulta e análise e é aquele que é parte integrante da minuta da ata aprovada por unanimidade. Foi esse o documento de prestação de contas enviado para a Assembleia Municipal e não outro.

A denuncia do envio de um ficheiro informático deficiente aos senhores vereadores não é confirmável mas a questão é, em, si, absolutamente irrelevante: a Câmara Municipal não aprova ficheiros informáticos mas propostas e, a que aprovou a propósito das contas de 2014, é exatamente igual à que foi submetida à Assembleia Municipal. Esta conclusão resulta da informação técnica preparada pela senhora Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Dr.<sup>a</sup> Sandra Ferreira e do parecer jurídico subscrito pelo Dr. Domingos Lopes que seguem em anexo.

Assim sendo, dirijo-me a V. Excelência para informar que não existe nenhuma razão para agendar uma Reunião de Câmara extraordinária para apreciar e votar





## Assembleia Municipal de Caminha

uma proposta exatamente igual àquela que já foi aprovada na mesma sede e que esta, agora, à espera da apreciação e votação dessa Assembleia Municipal.”

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva** leu de seguida o parecer Jurídico dado pelo Dr.º Domingos Lopes:

“As questões colocadas foram devidamente objetivadas e delimitadas, pelo que passaremos imediatamente à apreciação das mesmas.

1. A primeira questão visa saber se a proposta aprovada em reunião de câmara, da qual fazem parte integrante os documentos aí mencionados, é a que consta da minuta aprovada e dos documentos originais juntos à ata, ou os documentos/ficheiros enviados por correio eletrónico para os senhores vereadores?

A resposta a esta questão não pode ser outra senão a de que a Câmara Municipal aprovou a proposta que consta da ata aprovada também em minuta e que integra todos os documentos originais juntos à mesma.

Não posso deixar de referir, por outro lado que, de acordo com o disposto no artigo 50.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “ só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião”, e que o artigo 53.º, n.º2, da mesma lei estabelece que “a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.”

2. A segunda questão, relacionada diretamente com a primeira, prende-se com a necessidade ou não de fazer uma reunião de câmara extraordinária para aprovar os mesmos documentos, se foram esses documentos que foram enviados para deliberação na Assembleia Municipal?

Aqui a resposta terá de ser, obviamente, negativa.

Se a proposta e os documentos já foram aprovados em Reunião de Câmara, não têm de ser, nem devem ser novamente aprovados.

O aspeto fulcral de todo este processo reside na informação dos serviços da DFA que asseguram que os documentos de prestação de contas do exercício de 2014



## Assembleia Municipal de Caminha

aprovados em reunião de câmara correspondem exatamente aos enviados para os senhores vereadores, com a correção efetuada no dia 30 de março de 2015, e aos enviados para os senhores deputados municipais.

Salvo melhor opinião e entendimento, este é o meu parecer.“

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que possuía uma informação da Chefe de Divisão Financeira Dr.<sup>a</sup> Sandra Ferreira que leu de imediato: “Na sequência das dúvidas levantadas na Assembleia Municipal de Caminha de ontem, dia 20 de Abril de 2015, sobre a eventualidade do documento de prestação de contas do exercício de 2014 em apreciação e deliberação naquele órgão deliberativo, não corresponder, na íntegra, ao documento de prestação de contas do exercício de 2014 aprovado em reunião de Câmara do dia 1 de Abril de 2015 e considerando a solicitação do Senhor Presidente da Câmara para prestar cabal esclarecimento por escrito sobre o ocorrido e dar parecer sobre a matéria, venho junto de V. Excelência informar sobre o seguinte:

- 1 – Nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;
- 2 – Em conformidade com a legislação, foi elaborado documento que foi incluído como ponto 2 da ordem de trabalhos da Reunião de Câmara agendada para o dia 1 de Abril de 2015;
- 3 – A convocatória daquela reunião de Câmara com a respetiva ordem de trabalhos e o documento de prestação de contas do exercício de 2014, com 233 páginas, foram colocados à disposição dos senhores vereadores para conhecimento, consulta e análise dentro dos prazos legais, no dia 27 de Março de 2015 (ver anexo 1).
- 4 – A convocatória é, aliás, bastante clara a este propósito, quando refere que a documentação a ser enviada (por correio eletrónico, como está estipulado) e “os processos completos relativos a cada um dos pontos da ordem do dia, se encontram disponíveis, para consulta, nos serviços desta Câmara Municipal”.





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

5 – Mais tarde, no dia 30 de Março de 2015, foi enviado aos senhores Vereadores nova documentação que corrigia a informação dada nas duas páginas de introdução do documento de prestação de contas (ver anexo 2).

6 – O documento de prestação de contas do exercício de 2014 foi debatido em reunião de Câmara e, no final, aprovado com 4 votos a favor e 3 votos contra (ver anexo 3).

7 – Dando continuidade ao processo descrito, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha foi agendada reunião ordinária para o dia 20 de Abril de 2015, de onde constava, como alínea c) do ponto 3 da ordem de trabalhos, a apreciação e votação do documento de prestação de contas do exercício de 2014.

Ora bem,

8 – Na última intervenção do período de discussão daquela alínea c) do ponto 3 da ordem de trabalhos, veio o senhor deputado Rui Taxa, da bancada do PSD, afirmar que a votação daquele ponto era ilegal por ser a votação de um documento diferente do que o documento que fora aprovado em reunião de Câmara de 1 de Abril.

9 – A dúvida instalou-se, os líderes das bancadas do PS e da CDU pediram esclarecimentos, a Assembleia Municipal suspendeu-se por alguns minutos mas não foi possível, dado o adiantado da hora – mais de 1h da madrugada – e as condições existentes, prestar cabal esclarecimento à Assembleia Municipal sobre o ocorrido.

10 – Decidiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal suspender a sessão até à próxima sexta-feira, dia 24 de Abril, de modo a que pudessem ser esclarecidas todas as dúvidas ou, em alternativa, aprovado novo documento de prestação de contas do exercício de 2014.

11 – Hoje de manhã, reuni a equipa da Secção de Administração, Atas e Expediente e do Gabinete de Atas da Assembleia Municipal que, por unanimidade, concluiu que o documento de prestação de contas do exercício de 2014 aprovado em reunião de Câmara de 1 de Abril corresponde, com absoluta exatidão, ao



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

documento de prestação de contas do exercício de 2014 enviado para apreciação da Assembleia Municipal.

Passo a explicar:

12 – Alegou o senhor deputado Rui Taxa que o documento em discussão na Assembleia Municipal não correspondia exatamente ao documento enviado aos senhores vereadores pelo assistente técnico Tomás Antunes no dia 27 de Março, através de plataforma WE TRANSFER que permite aceder a ficheiros informáticos através de Download.

13 – Refere o senhor deputado, que as páginas 117 e 118 do documento enviado por correio eletrónico estavam em branco e que as páginas 117 e 118 do documento em análise na Assembleia Municipal continham dois quadros informativos.

14 – Pela alegação, não parece, por isso, haver dúvidas sobre a correção daquelas duas páginas iniciais do documento que mereceram o envio de correio eletrónico de correção enviado no dia 30 de Março.

15 – Subsiste, no entanto, a interrogação sobre a correspondência entre as páginas 117 e 118 do ficheiro enviado aos senhores vereadores, e as páginas 117 e 118 do documento de prestação de contas em apreciação na Assembleia Municipal.

16 – Essa dúvida é, no entanto, insanável. De fato, o envio do documento por correio eletrónico através da plataforma WE TRANSFER tem a condicionante do prazo de validade do acesso aos ficheiros – no caso em apreço, só foi possível aceder ao conteúdo dos ficheiros até ao dia 3 de Abril. Hoje, por isso, não é comprovável o que deles constava.

17 – Apesar disso, e dando por certa e verdadeira a informação prestada pelo senhor deputado Rui Taxa, a mesma é absolutamente inócua do ponto de vista formal e legal. Dito de outro modo, tomando como bons os dados carreados pelo deputado Rui Taxa para o debate na Assembleia Municipal, o fato de os ficheiros enviados para os senhores vereadores a propósito da reunião de Câmara terem duas páginas em branco, em nada releva para a discussão sobre se a proposta





## Assembleia Municipal de Caminha

aprovada no órgão executivo é igual à proposta levada à apreciação do órgão deliberativo.

Vejamos:

18 – A proposta aprovada em reunião de Câmara no passado dia 1 de Abril é o documento original, em papel, entregue ao senhor Presidente da Câmara Municipal, colocado à disposição dos senhores vereadores para consulta e análise, quer antes, quer na própria reunião de Câmara, que faz parte integrante da minuta da ata aprovada naquele mesmo dia 1 de Abril.

19 – A proposta aprovada em reunião de Câmara no passado dia 1 de Abril não é o ficheiro enviado para os senhores vereadores; a proposta na reunião de Câmara é a que consta da ata, neste caso da minuta da ata, dessa mesma reunião.

20 – Se aconteceu algum problema na digitalização do documento original – o que se concede, apesar de não ser confirmável – a mera referência ao assunto em reunião de Câmara permitiria o esclarecimento cabal da situação, desde logo pela consulta imediata ao original da proposta em debate.

21 – A dúvida não foi suscitada e a proposta do documento de prestação de contas do exercício de 2014, com todas as suas páginas e todos os seus quadros, foi aprovada, passou a ser parte integrante da minuta da ata e foi enviada para a Assembleia Municipal.

22 – O que estava e continua a estar em apreciação na Assembleia Municipal é, por isso, o documento, o exato documento, aprovado em reunião de Câmara de dia 1 de Abril.

Assim sendo, com o devido respeito mas dando resposta ao pedido de parecer solicitado, sem prejuízo do que vier a decidir o senhor Presidente da Câmara, entendo não se justificar o agendamento de uma reunião de Câmara extraordinária para aprovar um documento de prestação de contas do exercício de 2014 exatamente igual ao que já está aprovado e foi colocado à apreciação da Assembleia Municipal.

Permita-me, como nota final, reiterar a minha total confiança nos técnicos que comigo trabalham na Secção de Administração, Atas e Expediente e do gabinete



## Assembleia Municipal de Caminha

de atas da Assembleia Municipal, quer a propósito deste caso em particular, quer pelos desafios que ainda teremos que enfrentar.”

Por fim o **Senhor Presidente da Mesa** disse que os requerimentos apresentados à mesa, tinham sido indeferidos pela mesma, atendendo a informação fornecida pela Câmara e pelo facto de não poder ser alterada a proposta inicial da Câmara.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, apresentou uma declaração política;

“A ação intentada nesta assembleia visando a retirada da alínea c) da ordem de trabalhos gerou uma perturbação extraordinária na condução desta sessão. Independentemente da gestão política intrínseca a esta ação, a verdade é que a mesma nos pareceu inoportuna por ter surgido após parte significativa deste ponto ter sido já tratado. No entanto a relevância da suspeita só poderia suscitar, pelo dever de rigor desta assembleia, a suspensão dos trabalhos. Contudo, a garantia institucional dada exclui qualquer possibilidade formal de votação dos documentos, persistindo contudo uma evidente dificuldade na vereação camarária que abala a credibilidade que apenas onera a própria câmara municipal liderada pelo partido socialista e que conta também com o PSD. Esta confusão nas relações estende-se mesmo à forma como a Câmara Municipal se pronuncia sobre si própria, sendo disso exemplo a nota informativa tornada pública esta semana, afirmando mesmo que a “Câmara repudia o PSD” ignorando que o PS e o PSD integram o executivo camarário. Ora para o órgão Câmara Municipal emitir um repúdio teria que o aprovar em reunião desse órgão, caso contrário estaremos a falar de uma tomada de posição da presidência, ou pior, de uma declaração do PS usando recursos municipais. Se o certo é que o PSD já o fazia, a verdade é que o PS não parece diferente nesta matéria.

No entanto, e em abono da verdade, a Câmara Municipal respondeu às inquietações legítimas desta Assembleia, nada restando a este coletivo que não seja julgar certa essa mesma verdade, e dessa forma dar continuidade aos trabalhos, seguindo para votação dos documentos, afirmativamente copiados dos





## Assembleia Municipal de Caminha

originais da aprovação na Câmara Municipal, afastando qualquer erro do nosso exercício.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia intervir.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que não tinha nenhuma intervenção para fazer.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 9 votos contra e 5 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra a Prestação de Contas do Exercício de 2014, da Câmara Municipal de Caminha, porque apresenta um prejuízo de um milhão, setecentos e sessenta e sete mil Euros e setenta e três cêntimos.

Voto contra, porque a Prestação de Contas foi manipulada com a dívida das Piscinas de Vila Praia de Âncora, que nos anos ímpares é apresentada como de curto prazo, e nos anos pares é apresentada como de médio/longo prazo, conforme se deseja passar a ideia de grande e avultado prejuízo ou então, de grande recuperação económica.



## Assembleia Municipal de Caminha

Voto contra porque este documento não reflete o verdadeiro prejuízo do ano de 2014, uma vez que existe faturação pertencente ao ano de 2014 que não foi registado e contabilizado, subvertendo assim o verdadeiro valor da dívida.

Voto contra porque os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados enferma de várias irregularidades e de uma grave ilegalidade, nomeadamente:

- documentos paginados "à mão", com rasuras; • não estarem todos rubricados pelos responsáveis; • conterem um Manual de Procedimentos relativos a uma gestão anterior e correspondente a uma estrutura orgânica completamente distinta; Segundo o artigo 35, no1, alínea g), da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro; Segundo o ponto 2.9.1 do Decreto-Lei no 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Pocal;

Segundo os pontos 2.9.3 e 2.9.9, em que este último refere que os órgãos executivos das autarquias locais cujas contas são enviadas a julgamento do Tribunal de Contas remetem à Inspeção-Geral das Finanças e à Inspeção-Geral da Administração do Território cópia das normas de controlo interno, bem como de todas as suas alterações, no prazo de 30 dias após a sua aprovação;

Tendo em conta estas normativas do POCAL é inconcebível e inaceitável que este executivo anexe aos documentos de prestação de contas uma norma de controlo interno elaborada e aprovada por um executivo anterior, com uma forma de gestão completamente distinta e com outras políticas, métodos e procedimentos, e com uma estrutura orgânica diferente.

- os documentos apresentados em As. Municipal não correspondem aos documentos que foram apresentados em Reunião de Câmara de 01 de Abril de 2015, nomeadamente a não coincidência das páginas 117 e 118, nem em conteúdo nem em forma. Em Reunião de Câmara estas páginas são apresentadas em branco e, em Assembleia Municipal apresentam os mapas de contratação administrativa com os contratos com as entidades externas.

Voto contra porque houve clara intenção de sonegar informação aos Srs. Vereadores do PSD.





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Voto contra, porque conforme se pode constatar pela gravação da ata da Reunião de Câmara de 01-04-2015, o documento original, após pedido de consulta da Sra. Vereadora do PSD, Liliana Silva, não foi apresentado nem disponibilizado para o efeito.

A Sra. Vereadora Liliana Silva, comentou a forma desleixada e amadora como foram apresentadas os documentos de prestação de contas, numerados à mão e à pressa, sem rubrica de ninguém, o que podia dar a possibilidade a que houvesse troca de páginas, o que veio efetivamente a acontecer. Quando desejou verificar os documentos originais, esse pedido foi-lhe negado pelo Sr. Presidente da Câmara, numa atitude déspota, antidemocrática, anti transparente e indicadora de que havia "gato peludo escondido com o rabo de fora".

Voto contra, porque ao contrário do que escreve a Exma. Sra. Chefe de Divisão Administrativa e Finanças, Dra. Sandra Ferreira, os Srs. Vereadores do PSD não receberam, sob nenhuma forma, em 30-03-2015, nenhuma correção às referidas páginas 117 e 118.

Voto contra porque o Parecer Jurídico subscrito pelo Ex mo. Dr. Domingos Lopes, está ferido de legalidade por partir de um pressuposto que não é verdadeiro, conforme se pode ler no seu último parágrafo, quando escreve, "o aspeto fulcral de todo este processo reside na informação dos serviços da DFA que asseguram que os documentos de prestação de contas do exercício de 2014 aprovados em reunião de câmara correspondem exatamente aos enviados para os senhores vereadores, com a correção efetuada no dia 30 de março de 2015, e aos enviados para os senhores deputados municipais".

Aliás, se os documentos originais estavam corretos e as folhas 117 e 118 NÃO estavam em branco, por que razão enviaram para os Srs. Vereadores do PSD aquelas folhas em branco? O que havia a esconder?

O artigo no 53, n°2, da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro, diz que a Ordem do Dia é entregue a todos os membros do órgão coma antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão da reunião, enviando-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.



## Assembleia Municipal de Caminha

A documentação enviada tem de ser toda a que vai ser apreciada e votada na reunião, para que os Srs. Vereadores tenham a possibilidade de a analisar com tempo e depois possam votar de forma consciente, livre e esclarecida.

Não foi isso o que aconteceu. O Executivo, intencionalmente ou maldosamente não forneceu toda a documentação aos Srs. Vereadores, ocultaram e sonegaram informações importantes e isso é manifestamente ilegal, para além de antidemocrático, anti transparente e imoral.

São muitas as asneiras, muita falta de democracia, muita obscuridade, muito despotismo e muitas ilegalidades, por isso e por tudo o que antes dissemos sobre as contas, só podemos votar contra esta proposta, fazer esta Declaração de Voto de protesto e manifestar desde já a nossa intenção de impugnar.

Solicitamos que o Documento de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Caminha, quando for enviada ao Tribunal de Contas, seja acompanhado por este e todos os votos de protesto dos Deputados do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, assim como também seja acompanhado deste suporte digital "pen", que contem toda a informação enviada pela Câmara Municipal aos Srs. Deputados do PSD no período em causa e que comprova a veracidade das nossas palavras e atos."

**A Senhora Deputada Lilita Gonçalves** fez a seguinte declaração de voto:

"Fazem parte das Competências da Assembleia Municipal, conferidas pela lei 75/2013, de 12 setembro, art.º n.º 25, n.º 2 L), conjugado com o art.º 27º n.º 2), apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar os documentos de prestações de contas, os mesmos devem ser na sessão ordinária de Abril.

Relativamente ao ponto c) da ordem do dia – Documentos de Prestações de Contas do Exercício 2014, como Membro da Assembleia Municipal de Caminha, apresento a minha declaração de voto.

O meu voto vai ser contra pelos motivos a seguir enumerados:





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Contabilização de 5 milhões de Euros, referente à piscina Municipal de Vila Praia de Âncora:

No ano 2013, foi contabilizada indevidamente como dívida de curto prazo, porque é uma dívida a 23 anos, e o Município é detentor de 49% da Parceria Público Privada, Caminhaequi;

No ano 2014, foi contabilizado como dívida de médio e longo prazo, sem qualquer menção nem justificação no Relatório de contas apresentado a esta Assembleia Municipal – conforme consta no balanço;

Não pode ser considerada uma locação financeira porque o contrato de locação não transferiu todos os riscos e vantagens à propriedade do ativo, a Caminhaequi é a responsável pelas obras de conservação ordinária e extraordinária.

Ficou claro que martelou as contas, inventou uma dívida de 9 Milhões de Euros e somou à dívida real de 4,9 Milhões de Euros, constante no seu relatório de auditoria de 31/10/2014, o valor de 5.065.981,42€;

Com esta manobra o inflacionou e conseqüentemente empolou a dívida do Município para 9.214.323,80 €.

Contabilisticamente, trata de maneira diferente em dois anos seguidos a mesma verba, para influenciar o resultado.

O prejuízo das contas

As contas do Município obtiveram um lucro no ano de 2012 no valor de 2.012.576,34€;

Ano 2013, um prejuízo de 918.261,52€ devidamente explicado no relatório de contas;

Ano 2014, um prejuízo de 1.767.014,73€, sem qualquer explicação no relatório, verificando-se assim um aumento de 92% do prejuízo relativamente ao ano anterior.

Investimento

Redução do investimento efetivamente executado, diminuiu o investimento porque não tem obra passados 2 anos, as obras que concluiu foram as que o executivo PSD lhes deixou: Largo da estação e parque de estacionamento, saneamento de



## Assembleia Municipal de Caminha

VPA, Vile, Riba de Âncora, Moledo e requalificação dos pavilhões, retirou incentivos à natalidade e diminuiu o investimento na educação em 60%.

Poupança de 3,4 milhões Euros

O relatório é omissos quanto à clarificação da alegada poupança!

Na água e saneamento, verifica-se que no ano 2013, nessa rubrica consta faturas no valor de 4.276.902,09€, estão incluídas faturas de anos anteriores e não só as faturas de 2013, retirando o valor do empréstimo PAEL 2.281.967,63€, o valor efetivo é de 1.994.933,46€.

No ano 2014 omite faturação de água e saneamento no valor de 759.172,81€.

Este executivo não poupa, empurra a faturação para o ano 2015 para não afetar ainda mais o prejuízo obtido em 2014!

Relativamente ao pessoal repetiu exaustivamente o numero 30, transformando uma mentira numa pretensa verdade.

Ficou comprovado através do portal autárquico atualizado a 5/11/2014 e pela rubrica da despesa com pessoal, que o aumento foi de 12 trabalhadores e não 30 trabalhadores como propagandeou exaustivamente.

Voto contra a prestação de contas, assim e porque, nos termos do n.º1 do art.º77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, nomeada em Assembleia Municipal de 27/06/2014, a empresa Santos Carvalho & Associados SROC, S.A., além de não constar o contrato no Mapa 8.3.3 Contratação administrativa situação dos contratos, mais grave ainda é, as mesmas contas não terem certificação legal do ROC, previsto na alínea e) n.º 2 do art.º 77 e n.º 3 do art.º 76 do diploma supra citado.

Voto contra a prestação de contas do ano 2014, porque é notória que esta gestão, está a arruinar financeiramente o Município de Caminha.

Voto contra porque, esta prestação de contas se pautou por episódios que colocaram em causa a legitimidade do documento de prestação de contas de 2014.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Mais declaro que, quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos referidos.”

**O Senhor Deputado Celestino Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto:

“O documento de prestação de contas e exercício de 2014, pese embora as discordâncias de forma e conteúdo aqui apontadas, reveste-se de um cariz fundamental para o reconhecimento da dignidade do próprio município. A análise em sede de Câmara e a validação desses documentos em Assembleia Municipal conferem-lhe a amplitude participativa julgada suficiente à luz da Lei. A responsabilidade e o rigor da ação desta assembleia é, para nós, prova que baste para garantir a isenção na apreciação e votação dos documentos. Perante a garantia do órgão Câmara Municipal de Caminha, julgamos nada obstar à votação dos documentos segundo a ordem de trabalhos desta sessão, por isso participámos nela, cumprindo com o dever inscrito no regimento da Assembleia Municipal de Caminha. No entanto ficou também claro que há na Câmara Municipal um problema grave de vereação que importa corrigir e que em última instância merece um alerta sancionatório desta assembleia, enquanto órgão fiscalizador, não esquecendo também que a decisão assumida de se optar por disponibilizar documentos de forma unicamente digital pode ser indutora de erros e omissões. Assim, a abstenção da CDU expressa a não identificação com a forma como o executivo camarário desempenha as suas funções, fortemente radicalizado na ação política partidária, ignorando o interesse coletivo e podendo mesmo ferir a credibilidade institucional. A reprovação das contas e exercício de 2014, representariam a falta de dignidade da Câmara Municipal de Caminha, o que de resto contraria o defendido por nós.

Por outro lado, pelos nossos argumentos apresentados durante a discussão, os resultados mostrados não estão de acordo com a defesa política promovida pelo executivo camarário, não merecendo, por isso o nosso voto favorável.”



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

**O Senhor Deputado Alberto Magalhães** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas pelas inúmeras irregularidades que colocam em causa o mesmo.

Comprova-se pela análise do documento, conforme requerimento constante na ata que:

- Os documentos enviados informaticamente para os vereadores e aprovados em reunião de câmara não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos. Para complementar a informação segue em anexo a esta declaração de voto os ditos ficheiros informáticos para que sejam analisados convenientemente em sede própria.

O meu voto contra baseia-se assim, no seguinte:

- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014;
- Não está presente, na folha que faltou aos vereadores, mas que se incluiu para esta votação, o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;
- O relatório vem todo paginado à mão, cheia de rasuras e gralhas;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.”

**A Senhora Deputada Júlia Paula** fez a seguinte declaração de voto:

“Voto Contra, a prestação de contas do exercício de 2014, porque a competência para conferir e garantir a legalidade e autenticidade dos documentos que se votam em sede de RC e de AM é inequivocamente do executivo e mais uma vez V. Exas., se desculpam, desta vez com os funcionários!





## Assembleia Municipal de Caminha

Voto Contra, porque estamos perante um documento cheios de erros, rasuras, omissões, irregularidades e ilegalidades;

Voto Contra, porque até parece que compete à oposição a garantia legal e a conferência de documentos e mesmo assim fizemo-lo sem qualquer apoio administrativo.

Voto Contra, porque V. Exas., assumem consecutivamente ERROS, que justificam com mais ERROS:

- Erros de digitalização!
- Erros de envio e reenvio de emails;
- Erros na inclusão de documentos enviados via informática;
- Erros na omissão de documentos;
- Erros na junção de documentos;

Enfim um sem número de ERROS!

Voto Contra, porque quem análise com atenção, quer a justificação do Sr. Presidente de Câmara transmitida por ofício ao Sr. Presidente da AM, quer os documentos juntos, verifica que o parecer jurídico emitido e que consubstancia a não repetição da RC, se baseia numa informação prestada que reconhece não só o erro, da não inclusão das mesmas folhas com o mesmo conteúdo, como reconhece que esse erro foi sanado com o seu reenvio! Só que nos documentos constantes desse reenvio, enviaram unicamente uma informação e não as duas folhas em causa!

Ou seja o parecer jurídico assenta numa premissa errada que V. Exas., apelidam de erro informático;

Voto Contra, porque não se apreciam nem se aprovam ficheiros informáticos mas sim documentos enviados informaticamente, a menos que V. Exas., quisessem agora por em causa a autenticidade e toda a metodologia que V. Exas., usaram para o envio de documentos, em todas as RC;

Voto Contra, porque foi vedado aos Senhores vereadores, por não existir sequer termo de comparação, e por não lhes ter sido exibido o original do documento, mesmo quando por eles solicitado, por estar numerado à mão e se levantar



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

precisamente a questão da sua autenticidade, como dizia lhes foi vedada a possibilidade de apreciar, discutir e votar um documento tão importante, como o que consta a fls. 117 e 118, e onde se constata e se verificam mais erros e omissões, mesmo no que nos foi apresentado em AM e que hoje aqui foi votado!

Voto Contra, porque se V. Exas., tivessem procedido à autenticação do original, rubricando todas as páginas e assinando o documento, decerto teriam detetado esses erros, que originaram o alegado reenvio de 30 de Abril de 2015.

Se não o rubricaram ou assinaram como garantem a sua originalidade?

Voto contra, porque mesmo com um parecer jurídico assente numa premissa errada e num erro mais um, mandaria o bom senso, que V. Exa., repetisse a RC e corrigisse todos os ERROS, mais que não fosse em nome da transparência que V. Exa., tanto apregoa mas tão pouco pratica!

Finalmente Voto Contra porque de erro em erro, aliás reconhecidos por V. Exas. acabámos de votar um documento cheio de erros, omissões, irregularidades e ilegalidade que não foram sanados, mantendo-se portanto todos os pressupostos de ilegalidade que V. Exas., tinham já obrigação de pugnar para que não acontecessem, quanto mais, depois de identificados mantê-los, e submeter conscientemente a esta Assembleia para votação um documento cheio de erros, portanto ilegal!

Mais declaro que deverá esta declaração de voto seguir em anexo ao mesmo relatório.”

**O Senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra ao abrigo do n.º4 do art.º 23 do Regimento para exercer o direito de defesa da honra.

**O Senhor Presidente da Mesa**, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**O Senhor Presidente da Câmara**, disse que ouviu quatro declarações de voto, injuriosas, porém esta última já não era possível de ser ouvida, uma vez que foram prestados todos os esclarecimentos sobre a legalidade de esta proposta, e para





## Assembleia Municipal de Caminha

quem não acreditasse nos esclarecimentos, levantava-se e não votava a proposta. Disse ainda que foi acusado de mentir, de estar impreparado e de não estar à altura dos destinos e das ambições de seu Concelho, de não querer saber da sua Terra, de adulterar informação, e calou, porém já não é possível tolerar mais. Disse o Senhor Presidente por fim que, quem é acusada de crime é inocente até prova em contrário, e acredita nisso. E com todos os esclarecimentos prestados em debate publico, tem que ter no mínimo a garantia de pensar como pensamos no Portugal de Abril, de que pelo menos tem a presunção de inocência nesta matéria. Tem o seu passado e o seu percurso, estava cá antes de outros estarem e tem a sua nobreza e estirpe e que por muito que repitam declarações de voto a chama-lo de mentiroso, aldrabão, que sonega documentos, não pode admitir esse tipo de acusação e linguagem. Esse tipo de linguagem pode ser muito interessante hoje curiosamente, ironicamente no dia 24 de Abril, antes do 25 de Abril, porque a infâmia não deve ter lugar no debate político, a infâmia quanto muito tem lugar no debate jurídico, nos Tribunais.

**O Senhor Deputado Severino Sousa** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas pelas inúmeras irregularidades que colocam em causa o mesmo.

Comprova-se pela análise do documento, conforme requerimento constante na ata que:

- A legitimidade do documento foi colocada em causa, quando se verificou que os documentos enviados informaticamente para os vereadores e aprovados em reunião de câmara não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos. Desta forma, colocamos em causa os ficheiros informáticos enviados também para esta assembleia. Para complementar a informação segue em anexo a esta declaração



## Assembleia Municipal de Caminha

de voto os ditos ficheiros informáticos para que sejam analisados convenientemente em sede própria.

- Existe um prejuízo efetivo nas contas de 1,7 milhões de euros que não foi devidamente explicado;
- Existem faturas no valor de mais de 3 milhões de euros que entraram em 2015, quando se referiam a serviços prestados em 2014, com mais de 90 dias sobre a prestação efetiva do serviço e colocam em causa os números efetivos do relatório;
- Existe uma dívida referente às piscinas municipais de Vila Praia de Âncora que, em 2013 foram contabilizadas ilegalmente, como sendo de curto prazo e surgem em 2014 como médio longo prazo sem justificação no relatório para tal alteração;
- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014
- Não está presente o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.”

**O Senhor Deputado Jose Luis de Lima** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas uma vez que depois de ter sido posta em causa a legalidade do mesmo, constatei o seguinte:

- que os documentos analisados pelos vereadores e aprovados em reunião de câmara , depois de lhes terem sido enviados via informática, não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos. Os originais em papel não foram exibidos aos vereadores





## Assembleia Municipal de Caminha

em sede de Reunião de Câmara, assim consideramos que o que foi aprovado não está constante com o que nos foi apresentado a nós;

- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014;
- Não está presente, na folha que faltou aos vereadores, mas que se incluiu para esta votação, o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;
- O relatório vem todo paginado à mão, cheio de rasuras e gralhas;
- Prejuízo num valor superior a 1,7 milhões de euros sem justificação em relatório
- As dívidas das piscinas municipais foram em 2103 contabilizadas como sendo de curto prazo, para fazer passar a imagem de que o Município tinha graves problemas financeiros e em 2014 sem justificação legal no relatório aparece novamente como sendo de médio/longo prazo;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.

**A Senhora Deputada Liliana Gomes** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas uma vez que depois de ter sido posta em causa a legalidade do mesmo, constatei o seguinte:

- que os documentos analisados pelos vereadores e aprovados em reunião de câmara, depois de lhes terem sido enviados via informática, não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta Assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos.

Mesmo depois da tentativa de explicação do Senhor Presidente da Câmara, através da desculpa de ficheiros informáticos danificados, não fiquei tranquila



## Assembleia Municipal de Caminha

quanto a esta matéria ainda para mais, quando este relatório ainda contém outras falhas/irregularidades como:

- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014;
- Não está presente, na folha que faltou aos vereadores, mas que se incluiu para esta votação, o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;
- O relatório vem todo paginado à mão, cheio de rasuras e gralhas;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.”

**O Senhor Deputado Luciano Santos** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas uma vez que depois de ter sido posta em causa a legalidade do mesmo, constatei o seguinte:

- que os documentos analisados pelos vereadores e aprovados em reunião de câmara , depois de lhes terem sido enviados via informática, não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos. Os originais em papel não foram exibidos aos vereadores em sede de Reunião de Câmara, assim consideramos que o que foi aprovado não está constante com o que nos foi apresentado a nós;
- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014;
- Não está presente, na folha que faltou aos vereadores, mas que se incluiu para esta votação, o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;





## Assembleia Municipal de Caminha

- O relatório vem todo paginado à mão, cheio de rasuras e gralhas;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.”

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira** fez a seguinte declaração de voto:

“Declaro o meu voto contra na votação do relatório de prestação de contas pelas inúmeras irregularidades que o colocam em causa o mesmo.

Constatei o seguinte:

- que os documentos enviados informaticamente para os vereadores e aprovados em reunião de câmara não correspondiam aos que foram enviados também informaticamente para nós, deputados municipais. As páginas 117 e 118 não continham nenhuma informação aquando da votação em sede de reunião de Câmara e foi colocado a votação, nesta assembleia, com a inclusão de um quadro de real importância, uma vez que visa a análise de contratos administrativos.
- Não está anexo a este relatório o parecer do Revisor Oficial de Contas, obrigatório por lei desde 2014;
- Não está presente, na folha que faltou aos vereadores, mas que se incluiu para esta votação, o contrato com a empresa de auditoria financeira Santos Carvalho & Associados Sroc SA;
- O relatório vem todo paginado à mão, cheio de rasuras e gralhas;
- As dívidas das piscinas municipais foram em 2103 contabilizadas como sendo de curto prazo, para fazer passar a imagem de que o Município tinha graves problemas financeiros e em 2014 sem justificação legal no relatório, aparece novamente como sendo de médio/longo prazo;
- A derrapagem nas contas para um prejuízo de 1,7 milhões de euros não está devidamente justificado;

Mais declaro que quero que esta declaração de voto siga em anexo ao relatório de prestação de contas a ser entregue no Tribunal de Contas, para que se proceda à análise dos dados e documentos supra referidos.”



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages** fez a seguinte declaração de voto:

“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente as contas de 2014, porque:

1- O Município baixou a despesa em 3,6 milhões de euros;

2 - Amortizou 700 mil euros na dívida bancária;

3 - Baixou o passivo. A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente as contas de 2014 porque o valor dos compromissos deixados por pagar, relativamente ao último mandato do PSD, baixou 27%.

Porque as despesas com animação cultural baixaram 22%, porque as despesas com combustíveis diminuíram 30%. Gastaram-se menos € 100 mil euros em publicidade e propagando, menos € 90 mil euros com honorários de advogados e consultores, a despesa em viagens e hotéis diminuiu 88%.

Isto tudo, ao mesmo tempo em que se baixou impostos no município. De salientar que, Município de Caminha fez o seu trabalho e diminuiu os impostos sobre as populações: o IMI por duas vezes, e a taxa variável do IRS, também por duas vezes; diminuiu taxas: 50% no caso das ligações à rede de água e saneamento; e diminuiu o preço da fatura da água, através da descida do preço da recolha dos resíduos sólidos.

A dívida de curto prazo herdada em 2013, os compromissos assumidos com o pagamento da Parceria Público Privada a propósito das piscinas de Vila Praia de Âncora que consome mais de € 700.000 por ano, a resposta que teve que ser dada aos compromissos assumidos e não pagos em 2013, que ascenderam a 5 milhões de euros (que este orçamento de 2014 teve que pagar) e o súbito aumento de despesa com pessoal com a entrada de mais de 30 pessoas no quadro, nas vésperas das eleições de 2013, tiveram reflexo negativo evidente no resultado líquido de exercício.

Este documento em análise demonstra um grande sentido de equilíbrio e de poupança. Exemplo disso é o grau de execução alcançado sobre o orçamento de 2014: se a taxa de execução da despesa prevista para 2014 se cifrou em 74,64%, a taxa de execução da receita prevista superou os 75%". Pela primeira vez nos





## Assembleia Municipal de Caminha

últimos 5 anos, o valor das despesas correntes não ultrapassou o valor das receitas correntes.

O Partido Socialista vota favoravelmente estas contas, porque são contas verdadeiras, claras, transparentes e acima de tudo credíveis.

Num debate de contas em que o PSD, nesta Assembleia, e bem ao seu gosto, só soube criar burburinhos, ruídos de fundo, suspeições infundadas, sem que em algum momento se debruçasse sobre o essencial, ficou aqui o Partido Socialista como garante da democracia, da pluralidade, da verdade e da elevação política. O PSD surpreendeu-se com os bons resultados deste relatório de contas e teve que arranjar uma manobra de diversão para esconder o óbvio. Desertou do debate e escondeu-se atrás de um número político, sem sentido, que obrigou a um esforço suplementar de todos os deputados, abusou da paciência dos cidadãos e, pasme-se, aumentou a despesa para o erário público.

O Partido Socialista não foge aos debates sérios. O Partido Socialista não se deixa levar pelos engodos de uma oposição sem identidade nem credibilidade política.

O Partido Socialista aprova as contas deste exercício de 2014 por as mesmas transparecerem a verdadeira e real situação financeira do Município e apontarem para um caminho de rigor e de respeito pelo dinheiro dos munícipes que há muito não se via neste Concelho de Caminha.”

**O Senhor Deputado Manuel Falcão** fez a seguinte declaração de voto:

“- Voto a favor:

- Porque as Contas demonstram rigor, transparência e credibilidade;
- Porque as Contas denotam responsabilidade na gestão da coisa pública, sem ir atrás de propaganda e dos ínvios caminhos do populismo fácil;
- Porque a Câmara Municipal herdou uma grave situação financeira do anterior executivo;
- Porque é a primeira vez nos últimos anos que a receita corrente é superior à despesa corrente;



## Assembleia Municipal de Caminha

- Porque pela primeira vez desde há muitos anos é notável a redução da despesa corrente, isto é, das despesas de funcionamento da máquina municipal;
  - Porque é manifesto e evidente que o documento de Prestação de Contas, cuja veracidade e genuinidade o PSD, em desrespeito pela verdade e ao arrepio da dignidade que este órgão merece, reflete o que antes referi;
  - Porque respeito e enalteço o trabalho empenhado da Câmara Municipal e também dos seus funcionários;
  - Porque o atual executivo do PS não cai na tentação fácil de onerar o futuro com devaneios de investimentos reveladores de uma atuação irresponsável, como aconteceu com o anterior executivo do PSD, e citando o exemplo, na construção das Piscinas Municipais, cuja construção, tendo orçado em 9.000.000,00€, vão custar aos Caminhenses, a todos nós, quase 20.000.000,00€, que nos onerará a todos, Municípes, ao longo de 23 anos.
  - Porque é um relatório de verdade, pese embora alguns ainda tentem que uma mentira constantemente repetida, se possa transformar numa verdade, como vimos nas declarações dos deputados do PSD;
- Mais requeiro que a presente declaração acompanhe o documento de prestação de contas.”

### d) – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de abril de dois mil e quinze, relativa ao **“Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar o **“Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação”**.





## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**e) – Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais- 2.ª fase- Freguesia de Âncora- Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de março de dois mil e quinze, relativa ao **“Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais- 2.ª fase- Freguesia de Âncora — Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a **“Aprovação do Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de**



## Assembleia Municipal de Caminha

Construção e Respetiva Abertura de Procedimento do Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais- 2.<sup>a</sup> fase- Freguesia de Âncora.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** deu início à sua intervenção;

“Trata-se de por o concurso o resto da obra a fazer em Âncora. Por isso chama-se 2.<sup>a</sup> fase. O anterior executivo adjudicou ainda uma obra de 150 000€ para a qual se conseguiu aprovar uma candidatura ao (POVT), que é o que hoje está a ser executado ou a finalizar-se. No entanto estes projetos foram adquiridos pelo anterior executivo ainda às Águas de Minho e Lima, SA e em conjunto com os municípios dos Arcos, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. O objetivo era logo que possível dar continuidade a estas obras. Depois do que foi feito, Vila Praia de Âncora- 2.<sup>a</sup> fase, Vile e Riba Âncora, seria esta a nova fase.

E uma vez que é a continuação de uma obra lançada pelo anterior executivo do PSD a bancada votará favoravelmente.”

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Este executivo tem vindo a desenvolver um grande esforço financeiro para realizar algumas obras de relevo e de extrema importância para as pessoas.

E a Freguesia de Âncora não é exceção, mas diga-se que, esta freguesia esteve sensivelmente esquecida durante 30 anos aproximadamente pela gestão do PSD.

Estava parada no tempo Senhores Deputados.

Este executivo iniciou as obras de saneamento nesta freguesia, e aquando da mesma, deu-se conta da fragilidade da rede de abastecimento de água e procedeu também à sua substituição que se encontrava obsoleto e deteriorado. Tendo candidatado esta fase de requalificação, orçada em cerca de 200 mil euros.





## Assembleia Municipal de Caminha

É de salientar o esforço financeiro deste executivo, em tempos como os de hoje, de crise e de dificuldades para as famílias, o investimento que faz em prol das pessoas. Olhando para o seu bem estar social bem como a sua qualidade de vida. Na cabeça de alguns, paira uma nuvem muito negra e os deputados do PSD teimam em não a querer deixar passar.

Se não vejamos.

A Deputada Sónia Lajoso também aqui referiu um grande investimento nesta mesma freguesia, na anterior sessão, é ela a Mata nacional de gelfa e a 2ª fase da intervenção na duna dos caldeirões.

Mas, relativamente ao saneamento na freguesia de Âncora, este executivo PS não se tem poupado a esforços, e isso é evidente.

Estando já em curso a preparação da candidatura da 2.ª fase do saneamento no lugar da Aspra.

Esta obra está orçada em meio milhão de euros.

É de facto um esforço importante, mais um, feito por este executivo, ambicionando mais e melhor para as pessoas.

Obrigado Senhor Presidente por estar tão bem preparado e ver o que de facto é mais importante fazer, indo muito mais além, de canteiros, para inglês ver.

Para terminar, faço um apelo ao executivo para continuar com este tipo de investimentos, continuando o bom trabalho e investimento que tem feito em Âncora.

Trabalhem da mesma forma rápida e profícua, para poder candidatar a obra do saneamento na Av. Paulino Velho Gomes, nesta mesma freguesia.

Esta é também, um anseio da população.

Naturalmente a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### f) – Feira Semanal de Caminha- Incentivos à Dinamização

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Feira Semanal de Caminha- Incentivos à Dinamização”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar taxas do Município e fixar o respetivo valor, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

- 1 – Redução em 25% do valor da taxa devida por m2 e por feira, para os feirantes que até 31 de Março de 2015 tenham os pagamentos regularizados;
- 2 – Cobrança das taxas devidas apenas por quatro feiras por mês, mesmo nos meses em que se realizam cinco feiras semanais.
- 3 – Que os incentivos propostos vigorem até 31 de dezembro de 2015.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** deu início à sua intervenção;

“A proposta aqui apresentada visa a mera aprovação desta assembleia, por imperativo legal, de uma medida já decidida pela Câmara Municipal. Encerra duas medidas e estabelece a sua duração. Reduz em 25% o valor da taxa devida por m2, pretende fazer a cobrança por quatro feiras semanais, mesmo que sejam realizadas cinco, e limita estas medidas até 31 de dezembro de 2015. Trata-se efetivamente de uma compensação pela falta de dinamização da feira, já que





## Assembleia Municipal de Caminha

nenhuma das medidas motivará, por si, a visita de um maior número de compradores.

É a crise, poderemos afirmar, mas a verdade é que é também um modelo comercial de valor cultural que nos identifica que está em causa. E por ele nada se tem feito em Caminha e em Vila Praia de Âncora. A dinamização esperada não se conseguirá apenas por esta via já que subsistem outras condicionantes, às quais não será alheia a inadequação do espaço, com inúmeros problemas de estacionamento nesse dia, de fluidez e de organização. Mas também faltam outras iniciativas de valor cultural que valorizem as feiras. Falta o vínculo e a identidade com o comércio de feira, ligando-o a outros serviços, ao transporte e até a outras áreas aparentemente distintas, como o turismo, a cultura, a formação, entre outros. Em boa verdade, todos nós sabemos como dinamizar as feiras, em particular PS e PSD, que compõem, sozinhos, a Câmara Municipal.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **g) – Alteração ao Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de março de dois mil e quinze, relativa à **“Alteração ao Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de**



## Assembleia Municipal de Caminha

**Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração ao Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais”.

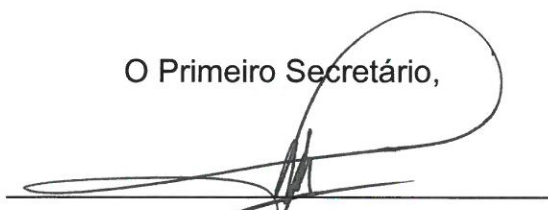
Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H00M, do dia 24 de abril de 2015, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,



(João Alberto Silva)

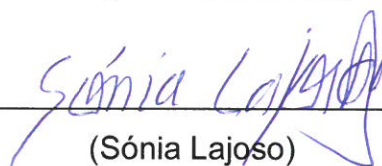




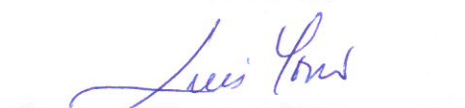
f

## Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária,

  
\_\_\_\_\_  
(Sónia Lajoso)

O Presidente,

  
\_\_\_\_\_  
(Luís Augusto Pestana Mourão)